



CREATIVE UNIVERSITY
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

2015

**Tânia Marina Pedro Mendes
Godinho**

**Habitar vs Trabalhar: A reabilitação de
espaços industriais como uma nova
tendência**



CREATIVE UNIVERSITY
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

2015

Tânia Marina Pedro Mendes Godinho

Habitar vs Trabalhar: A reabilitação de espaços Industriais como uma nova tendência

Projeto apresentado ao IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Design de Produção, opção de especialização em Ambientes realizada sob a orientação científica do especialista Nuno Vidigal, Professor do IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário.

Dedico este trabalho aos meus pais

o júri

presidente

Presidente: António José de Macedo Coutinho da Cruz Rodrigues
professor axiliar do Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário

Arguente: Doutor Arquitecto Luis Miguel de Barros Moreira Pinto
professor Auxiliar do Departamento de Engenharia e Arquitectura da
Universidade da Beira Interior

Arguente: Arquitecto João José Garcia da Fonseca Perloiro
Arquitecto, sócio e coordenador do Departamento de Design de Interiores do
Promontório, Arquitectos Associados

Orientador: Arquitecto Nuno Manuel Rodrigues de Vidigal Vieira
professor do Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário

agradecimentos

Começo por agradecer ao meu professor Nuno Vidigal pela orientação e apoio dado tornando possível a conclusão deste trabalho.

Em especial à minha mãe, ao meu pai e à minha irmã pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À Daniela Silva, Carolina Teixeira, Patrícia Costa, Ângela Barbosa e Emanuel Vita que em tempos difíceis me ajudaram a continuar, demonstrando um enorme carinho e compreensão.

Aos meus amigos e familiares pela cumplicidade, ajuda e amizade.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realizar este projeto.

palavras-chave *Loft, Património Industrial, Home Office, Habitar, Trabalhar*

resumo

A atual mudança do paradigma cultural, relacionada com as alterações na sociedade, levou a que um maior número de profissionais de variadas áreas optasse por trabalhar em casa. Partindo deste princípio, a presente dissertação de mestrado procura entender de que modo o espaço habitacional pode ser ajustado às necessidades do indivíduo enquanto profissional, e de que forma é criado o equilíbrio fundamental entre espaço privado e espaço laboral.

Outro dos pontos principais deste trabalho, visa refletir sobre a preocupação e tendência contemporânea de reaproveitar e reabilitar edifícios antigos abandonados, por forma a que lhes seja atribuída uma nova dinâmica de habitação.

Tomando como premissa as ideias acima referidas, é apresentado um caso prático - meramente projectual - de um designer que se instala no espaço de uma antiga fábrica e que de forma irreverente a transforma no seu lar, tirando partido das novas tecnologias existentes no local de trabalho.

Neste cenário, o designer torna o seu tempo mais produtivo e, paralelamente, quebra o cliché de que o trabalho tem de ser feito fora de casa.

Keywords

Loft, Industrial Patrimony, Home Office, Inhabit, Work

abstract

The current cultural paradigm shift, related to changes in society, took a largest number of professionals to choose to work at home. Based on this principle, this master's thesis aims to understand how living space can be adjusted to individual needs in professional matters, and in what way it's created a space that balance the private and the work spaces.

Other fundamental point of this work, aims to reflect about the concern and the contemporary trends to reclaim old and abandoned buildings, in order to give them a new way to inhabit.

Taking that prospect, it's presented a project situation where a designer settle in an old factory, and turn it on his home in an irreverent way that at same time have the new technologies that are available at work places.

In this case, the designer become more productive and at the same time breaks the cliché that work is only done outside the home.

INDÍCE

| | |
|--|----|
| Capítulo 1 - INTRODUÇÃO | 19 |
| Capítulo 2 - TRABALHAR..... | 23 |
| 2.1 Breve Resenha Histórica sobre o surgimento do Escritório | 23 |
| 2.2 O Trabalho no Espaço Doméstico..... | 25 |
| 2.3 Século XX - Arquitetura moderna..... | 28 |
| 2.4 Século XXI - A Era da Informação | 34 |
| 2.5 Época Contemporânea – Trabalhador Independente..... | 36 |
| 2.6 A Atualidade | 38 |
| 2.7 <i>Coworking</i> | 39 |
| Capítulo 3 – PATRIMÓNIO INDUSTRIAL | 43 |
| Capítulo 4 – HABITAR | 57 |
| 2.1 Noção de Habitabilidade, Conforto e Flexibilidade..... | 57 |
| 4.2 A Tipologia do <i>Loft</i> | 69 |
| 4.2.1 Origens, definição e atualidade | 69 |
| 4.2.2 Reabilitação de edifícios industriais e o Loft Living | 73 |
| 4.2.3 Público-alvo do Loft | 74 |
| 4.2.4 Espaço Público vs Espaço Privado..... | 77 |
| 4.3 O Papel da Reconversão e Habitação..... | 78 |

| | |
|---|-----|
| 4.3.1 Caso de Estudo..... | 80 |
| Capítulo 5 – HOME OFFICE..... | 85 |
| 5.1 Casos de estudo | 88 |
| Capítulo 6 – PROJETO..... | 95 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 107 |
| CONCLUSÃO | 109 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 113 |
| ICONOGRAFIA..... | 119 |
| ANEXO A..... | 123 |
| Ortofotomapas e fotografias retiradas do Google Maps..... | 123 |
| ANEXO B..... | 129 |
| Fotografias do Interior do Edifício..... | 129 |
| ANEXO C..... | 135 |
| Desenhos e Maqueta..... | 135 |
| ANEXO D..... | 143 |
| Desenhos técnicos..... | 143 |
| ANEXO E..... | 145 |
| Simulações tridimensionais..... | 145 |

INDÍCE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1e 2 – Planta de escritório tipo “convencional” e Office Landscape (Michelle Murphy, 2010) | 29 |
| Figura 3 – Escritório do filme “Play Time” (Jacques Tati & Playtime, 1967) . | 30 |
| Figura 4 – Escritório do tipo Bull Pen (Chicco Sal, 2011) | 31 |
| Figura 5 – Coworklisboa localizado no LX Factory (Michael Melia, 2015) | 41 |
| Figura 6 e 7 – Publicidade aos primeiros electrodomésticos (Letícia Motta, 2015)..... | 58 |
| Figura 8 e 9 – The Factory com o artista Andy Warhol (Marcius, 2012 e Erika Lee, 2010)..... | 70 |
| Figura 10 – Antiga fábrica de lâmpadas Lumiar (Googlemaps, 2015) | 81 |
| Figura 11 – Cité Radieuse (Paul Koslowski, 2013) | 83 |
| Figura 12 – Edifício Songzhuang Artist Residence (DnA, 2009)..... | 89 |
| Figura 13 – Interior do edifício Songzhuang Artist Residence (DnA, 2009) .. | 90 |
| Figura 14 – The McColl Center for Art + Innovation (McColl Center for Art + Innovation, 2015) | 91 |
| Figura 15 – Interior de The McColl Center for Art + Innovation (McColl Center for Art + Innovation, 2015) | 93 |
| Figura 16 – Localização espacial do edifício Costa Cabral Limitada (Googlemaps, 2015) | 95 |
| Figura 17 – Localização de Santos Design District (santosdesigndistrict, 2010)..... | 97 |
| Figura 18 – Acesso ao segundo edifício (fotografia da autora)..... | 98 |
| Figura 19 e 20 – Interior do edifício em estudo (fotografia da autora) | 99 |
| Figura 21 e 22 – Jardim Exterior e Garagem (imagem da autora)..... | 101 |
| Figura 23 – Loja da Apple localizada em Nova Iorque (Obama Pacman, 2015)..... | 102 |
| Figura 24 e 25 – Coworking (imagem da autora)..... | 103 |
| Figura 26 e 27 – Loft (imagem da autora)..... | 104 |
| Figura 28 e 29 – Apartamento (imagem da autora) | 105 |
| Figura 30 e 31 – Ponte rolante (fotografia da autora) | 106 |

Capítulo 1 - INTRODUÇÃO

Com o cada vez mais emergente conceito de *homeoffice* nos grandes centros urbanos, os lofts ganham o seu destaque e, variados exemplares desta tipologia surgiram ultimamente. Paralelamente a esta mudança na sociedade, outra temática abordada neste trabalho é a cada vez maior consciencialização dos profissionais, para o aproveitamento fabril.

Tendo estes três conceitos como ponto de partida este presente trabalho, propõem-se a encontrar um ponto de união entre estes, que seja útil para a sociedade contemporânea.

Podemos admitir também que, tanto o património industrial, como o *loft*, têm a necessidade de se cruzarem, - o segundo não surge sem o primeiro, - mostrando-se como o caminho a seguir para a criação de um *home office* fora do vulgar.

Essa é a motivação para este trabalho: entender qual o cruzamento que se pode fazer entre o património industrial e o *loft*, de que forma podemos conciliar o espaço profissional e, ainda, entender quais as vantagens para a própria cidade, pois, revitalizar e reabitar os centros urbanos, são necessidades presentes nos dias de hoje.

Partindo do passado para o presente, importa perceber qual a noção de património industrial e, qual a melhor forma de o conseguir recuperar, mantendo-o no futuro (neste caso, frisando a reconversão do mesmo, uma vez que é este o objetivo final). E entender a importância da requalificação urbana e a centralidade dos edifícios devolutos, ou seja, compreender qual é a mais-valia do *loft*, quer em termos habitacionais, quer como hipótese de reconversão de antigos edifícios, essencialmente industriais, na requalificação urbana.

Qualquer um destes três conceitos – património industrial, *loft* e *home office* – é desenvolvido neste presente trabalho de forma a podermos refletir e, posteriormente concluir, sobre o seu significado, origem e objetivos.

No primeiro capítulo, o principal foco é a evolução dos escritórios nas casas do século XIX, refere-se os diferentes sistemas criados para escritórios, que foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo. Procurou-se entender a importância da introdução da tecnologia informática e quais as suas influências na vida profissional dos indivíduos. Neste capítulo, “Trabalhar”, a definição do *coworking*, e processo de trabalho e organização do mesmo também são referenciados.

Continuamos com “Património Industrial”, onde o tema será ligado com o centro urbano, pois o objetivo é entender de que forma estes dois conceitos se complementam. Neste capítulo analisa-se e compara-se a importância do passado para o resultado presente, como forma de assegurar o futuro entendendo como estes dois ideais se relacionam com o edifício em si. Assim, o objetivo é demonstrar que, se recuperar edifícios industriais debilitados, novos benefícios surgirão na requalificação da cidade.

Relativamente ao terceiro capítulo, “Habitar”, optou-se por dividir o mesmo em dois assuntos: o primeiro foca-se no estado da arte relativamente à noção de habitabilidade, analisando fatores que determinam e distinguem o lar (por exemplo, modelos de habitar, qualidade habitacional e flexibilidade); por outro lado, a definição, caracterização e toda a ideologia ligada ao conceito de *loft*, é também analisada – visto ser entendida como uma nova tipologia habitacional, destinada a um determinado público-alvo. É importante referir que, a ideia do *loft* está sempre relacionado à de “reciclagem da indústria”, visto que, estes dois assuntos estão frequentemente ligados. Assim o *loft*, une-se à hipótese de reconversão urbana e, conseqüentemente, à reabilitação do mesmo.

Terminou-se a revisão da bibliografia com ênfase no ideal de *home office*. Este termo relaciona tanto com a área de trabalho, como com a habitação e lazer - demonstrando que é possível “habitar a arte”. Para, demonstrar como este conceito resulta e já se encontra implementado em variados locais do globo, um caso de estudo é apresentado como exemplo. O objetivo é provar que esta possibilidade traz diversas vantagens aos seus utilizadores, desta forma foi necessário descrevê-las de modo a confirmar que, o modo de vida *loft living*, é de facto uma alternativa válida a quem quer fugir ao tradicional.

E por fim, o capítulo “Projeto”, vem apresentar uma nova possibilidade de compilar todos os temas citados em cima, de um modo prático e criativo. O objetivo do estudo deste trabalho, é tratar o tema habitação, trabalho e lazer, unindo-os aos edifícios industriais. A criação de um espaço *coworking*, dentro do próprio espaço de habitar, vem ainda quebrar com todas as regras características de um espaço privado. Assim, sem que lhe seja tirada a segurança e o conforto, a vida privada e vida laboral misturam-se de forma harmoniosa, mantendo, em simultâneo, uma separação entre ambas.

Capítulo 2 - TRABALHAR

2.1 Breve Resenha Histórica sobre o surgimento do Escritório

Escritório: “local onde se exerce uma atividade administrativa e onde se fazem negócios; compartimento de uma habitação destinado ao trabalho, onde geralmente existe uma secretária, estantes com livros, etc.; gabinete de trabalho” (Dicionário de Língua Portuguesa, 2015).

A procura de um espaço que corresponda, a um escritório, ou seja, um espaço físico reservado onde se tratam de negócios, de uma forma funcional, não é uma necessidade exclusiva dos tempos modernos. Esta mesma procura, já tinha surgido nos tempos do Antigo Egipto e da Antiguidade Clássica, onde, a necessidade de criar um sistema administrativo, surgiu da ambição e do poder estadual de governar e controlar a economia, nos seus vários sectores da sociedade. Referenciando Webber esse tornar-se-ia o modelo a seguir para os futuros sistemas burocráticos que surgiram posteriormente (Arnold et al., 2002). Já no Império Romano, essas tarefas administrativas (tanto públicas como privadas) desenvolviam-se em edifícios situados no fórum, e este sistema administrativo baseava-se na criação de estruturas de gestão hierarquizadas, onde, eram os escribas que realizavam funções administrativas de responsabilidade – como contabilidade, escrituras, registos e armazenamento de documentos – sendo, por isso, obrigados a viajar pelos variadíssimos locais e, muitas das vezes, as suas reuniões eram realizadas em salas, futuros escritórios, no centro das principais cidades.

Nesta altura, constatou-se, a necessidade de criar este tipo de espaços e edifícios exclusivos para serviços administrativos, o que também, supomos que se deverá ter feito sentir noutras civilizações anteriores, ou contemporâneas, à Antiguidade Clássica.

Durante a Idade Média e o Renascimento, as várias cidades-estado europeias, alcançaram novos estatutos e proporções e, com estas mudanças, aumentou-se a procura de estruturas administrativas idênticas às civilizações clássicas, tanto a nível da administração pública, como também no sector privado, para melhor gerir os reinos.

Posteriormente, ao longo dos séculos XVI e XVII foram-se construindo edifícios direta e exclusivamente ligados a atividades administrativas, tanto no crescimento das estruturas sociais, como no desenvolvimento do comércio a nível local e mundial.

Já na altura da revolução Industrial, pleno século XIX, os edifícios erguidos destinados especificamente a escritórios, não estavam só associados a armazéns, mas também a atividades independentes - normalmente relacionados com atividades terciárias, como o caso da bolsa, bancos, seguros, etc.

A partir de 1850, surgiu um novo modelo de promoção e ocupação deste tipo de edifícios, onde os mesmos, eram planeados já com o intuito de serem alugados a terceiros que estivessem dispostos a pagar uma renda pelo espaço (Pevsner, 1976). Esta foi uma prática que se começou a desenvolver em Londres e que, mais tarde, em Nova Iorque também se popularizou.

Mas, não só no estrangeiro esta prática ganhou destaque; em território nacional temos também diversos casos desta tipologia de espaços. Por exemplo, foram projetados escritórios destinados a advogados, e a outros profissionais, na zona de Lisboa, nomeadamente, nos edifícios das Amoreiras. Estes, apresentavam como principal fator diferenciador terem, o espaço interior com a disposição que os gerentes quisessem, ou seja, estes os mesmos tinham controlo no espaço interior, alterando o mesmo consoante o surgimento das necessidades. Após alguma pesquisa, constatou-se que, em Portugal muitos destes espaços foram criados como *openspace*. Esta disposição oferece a possibilidade de alteração da disposição e distribuição das zonas conforme as necessidades – são assim, espaços mutáveis e versáteis. Contudo, podemos considerar que as divisórias criadas são, na maioria das vezes, espaços impessoais, sem personalidade e pouco confortáveis ou acolhedoras para quem nestas trabalha.

Assim, “a história dos edifícios de escritórios apresenta descontinuidades que são o resultado da influência de diferentes contextos políticos e sociais, bem como o reflexo e motivo de desenvolvimento tecnológico” (Arnold et al., 2002).

2.2 O Trabalho no Espaço Doméstico

Conforme afirma Michelle Perrot em Rybczynski (1986) “(...) a habitação medieval era um espaço público, e não privado”, ou seja, assume-se que, a sala estaria em uso constante para diversas e variadas atividades, como: cozinhar, comer, entreter os visitantes, tratar de negócios, ou mesmo dormir.

De acordo com Philippe Ariès (1960), “a vida quotidiana de cada um na mesma habitação, desenvolve-se sobre o olhar de todos, uma promiscuidade em todos os momentos é a regra. Mas, o mesmo espaço podia destinar-se a quarto ou a lugar de trabalho. O grupo doméstico podia ser constituído por membros da mesma família, de empregadas domésticas e de outros criados que partilham a mesma vida quotidiana”.

Assim, Rybczynski (1986) admite que, até ao fim do século XVII ninguém estaria sozinho, pois a densidade social interditava o isolamento considerando as diversas e intensas relações entre pares.

Dadas estas condições, o desejo de privacidade e o direito à solidão era visto como um privilégio, assim estas condições impulsionaram, na evolução da organização do espaço doméstico; foram acrescentados mais quartos às casas, o que provocou à reestruturação das circulações dentro da casa de forma a conferir mais privacidade nos espaços íntimos, distinguindo-os das zonas sociais

Segundo o autor Nelson (2011), é nos finais do século XIX, que se assiste a um afastamento rápido e progressivo entre o trabalho e o espaço doméstico, que consideramos uma consequência originada pela industrialização e consequentes alterações do espaço urbano.

Contudo, terá sido apenas no final do século XVIII, que este processo de separação total das áreas da casa (privada e pública) terá começado, embora de forma lenta, como reação por parte da burguesia às mudanças sociais.

Com as novas mudanças sociais, surge a necessidade de delimitar as fronteiras, do espaço público e privado, no interior da habitação onde a família está inserida. Verificou-se o isolamento e a domesticidade, dentro da casa, ou seja, esta passa a ser vista como um espaço mais dedicado à família, deixando de se assumir como um espaço de trabalho. À medida que os artesões se tornavam mercadores e comerciantes, iam construindo estabelecimentos próprios para as suas atividades laborais. Assiste-se, como consequência destes modos de vida, a uma gradual separação do espaço domiciliar em relação ao mundo dos negócios. E ainda na origem deste afastamento, podemos considerar a crescente valorização da família e a necessidade da burguesia em remeter a mulher para o lar, tornando-a dona de casa e concedendo-lhe o governo da família; enquanto queo homem, tinha a obrigação de satisfazer todas as necessidades associadas à manutenção de um determinado estilo de vida.

Contudo, o escritório doméstico também era um espaço destinado ao ócio, com atividades como a leitura e o colecionismo. Este espaço, situava-se normalmente, junto à entrada principal da habitação de forma a estar estrategicamente localizado mais próximo do exterior, perto do público, contendo, por vezes, outros compartimentos associados, que se estabeleciam como prolongamentos para as zonas mais privadas, apesar de, preferencialmente, encontrar-se ligado a espaços de receção a visitas, ou ainda salas de jantar. Em outros casos, os escritórios, embora mantivessem a mesma localização tornavam-se mais estanques e sem ligação com o interior.

Estes eram, assim, espaços ambíguos que se apresentavam tanto como privados e públicos, dependendo da situação. Assim, se por um lado, a articulação com o exterior se estabelecia habitualmente junto à entrada, passou-se a ter uma entrada alternativa, que não interferisse com a entrada principal da habitação, possibilitando assim uma ligação de forma direta com o espaço de trabalho, de forma a dar menos exposição à entrada principal. Quando estes

espaços não estavam publicamente expostos, a solução passou por se criarem acessos alternativos, o que permitiu a independência do funcionamento do escritório em relação às outras divisões da casa.

Todavia, moradias com rés-do-chão eram exceções à regra, pois, o peso do trabalho, na relação com a habitação, era superior, e frequentemente integrada com um estabelecimento comercial ou armazém.

À medida que a componente 'trabalho' desempenhava um papel cada vez mais importante na organização dos espaços domésticos, constatou-se, que não existia uma única forma de lidar com o conforto e equilíbrio entre uma vida pública e privada. A necessidade de separar estas duas realidades era grande e, na maioria das casas, os seus ocupantes pretendiam que houvesse fronteiras que delimitassem estes dois universos, de forma a não perder privacidade.

Assim, além dos cuidados e mudanças no espaço de trabalho, também o espaço pessoal foi-se progressivamente alterando, de modo a satisfazer as necessidades dos habitantes, como será referenciado adiante.

Porém, no final do século XIX, estes universos ainda não estavam completamente dissociados. Havia ainda espaços dedicados ao trabalho no interior das casas dessa altura, ou seja, ainda davam abertura do espaço doméstico a estranhos. Assim, esta situação tinha duas vertentes possíveis: a primeira verificava-se com quem trabalhava em casa e por conta de alguém, (geralmente era a situação dos trabalhadores em domicílio); ou quem trabalhava por conta própria, (como era o caso dos trabalhadores independentes). Fosse qual fosse a condição, de um modo geral, estes profissionais eram extremamente mal remunerados, ganhando por vezes menos que os operários das fábricas. Chartier (1991) vem confirmar o que é dito, pegando no caso de uma costureira, tecelão e confessionista que abriam a porta aos comerciantes e empregados, constatando que deste modo a sala onde morava a família se convertia num local onde se geravam conflitos relacionados como trabalho.

As atividades profissionais, a que a burguesia se dedicava, não eram só de natureza comercial mas eram também de natureza intelectual. Como tal, as atividades de natureza intelectual, abrangiam profissões como médicos e

funcionários de estado, e possibilitavam, em muitos casos, o transporte do trabalho para o lar. No entanto, em casos em que as pessoas não dependiam hierarquicamente de ninguém, acabavam por construir escritórios nas suas próprias casas, que muitas vezes encontravam-se ligados aos seus próprios armazéns, fábricas, lojas ou consultórios.

De acordo com Rybczynsky (1986), “muitas pessoas deixaram de viver e trabalhar no mesmo lugar”. O autor acrescenta que, apesar de muitos comerciantes, mercadores e artesãos ainda viverem por cima da loja, verificou-se um número crescente de burgueses – construtores, advogados, notários, funcionários, para quem a casa se tornou exclusivamente o espaço da residência. [em resultado disto] a casa estava a tornar-se um espaço mais privado. Em conjunto com esta privatização da habitação, surgiu um crescente sentido de intimidade, de identificação da casa exclusivamente com a vida em família” (Rybczynsky,1986).

Assim como anteriormente referido, com a separação de tarefas entre a mulher e o homem, o escritório passou a ser associado a um espaço masculino, destinado ao chefe de família e os restantes espaços da casa passaram a ser vistos como espaços mais íntimos e liderados pela mulher.

2.3 Século XX - Arquitetura moderna

No século XX, mais precisamente a partir da Segunda Guerra Mundial, vários fatores como a criação de novos materiais, a rápida evolução tecnológica, informática e o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, contribuíram massivamente para a transição da sociedade industrial para o pós-industrial.

Já em plena Era Industrial, durante o mesmo século começaram a surgir preocupações relacionadas com a falta de interação entre os funcionários das fábricas/empresas, e a consequência desta ação na produtividade laboral. Como resultado disso, na Europa, durante a década de 60, defendia-se a ideia de que, para o aumento da eficiência do trabalho, era importante criar um novo sistema espacial que ajudasse na comunicação informal entre funcionários fundamentando a ligação entre as mesmas. Foi desta ação que surgiu o *Office Landscape*: “este modelo assentava nos princípios de organização dos postos de trabalho em plano livre, e com um foco na promoção das relações entre trabalhadores, privilegiando-se a comunicação informal (em zonas para o efeito) entre os funcionários, em contraste com os modelos hierárquicos prevalentes” (Condinho,2010).

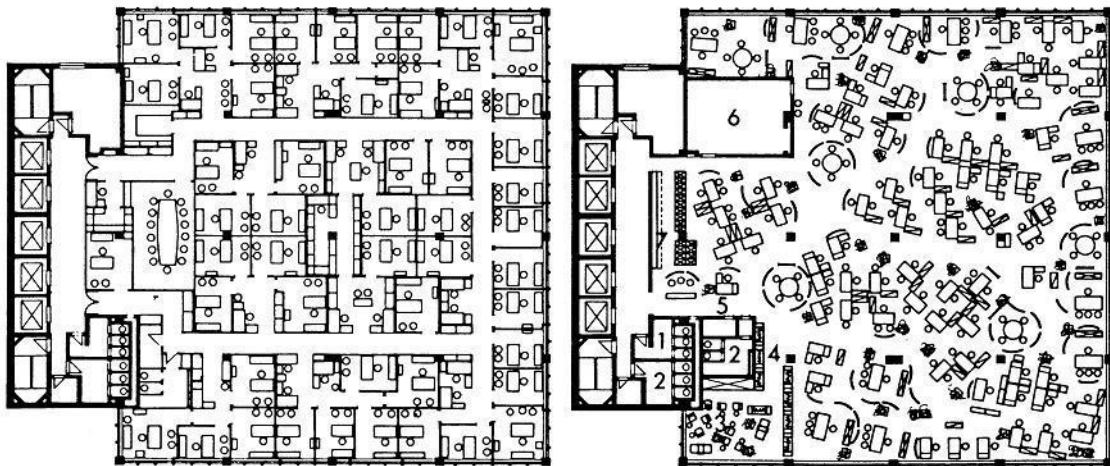


Figura 1e 2 – Planta de escritório tipo “convencional” e Office Landscape (Michelle Murphy, 2010)

Porém, esta organização de plano livre, na década seguinte passou a ser considerada desvantajosa devido à falta de luz natural, a falta de privacidade, excesso de ruído, a profundidade dos edifícios e a necessidade de controlar o ambiente artificialmente.

Como consequência desta realidade, essencialmente na Europa, sentiu-se a necessidade de evoluir os modelos de organização, especial para este tipo de escritórios de modo a fazê-los, portanto, reunir as características necessárias, visando o melhoramento das condições de trabalho. A solução encontrada passa

por células de trabalho únicas, com possibilidade de controlo individual do ambiente e ainda sistemas de ventilação e iluminação naturais.

Estas intervenções estiveram na origem de um modelo de escritórios que, conjugava o espaço aberto com os compartimentos celulares no espaço de escritório: o *Combi Office*. Assim, passou-se a dar mais importância à construção e gestão destes edifícios focados neste ramo laboral, sendo possível então, oferecer uma maior assistência, às exigências dos funcionários, para ganharem mais qualidade no ambiente de trabalho.



Figura 3 – Escritório do filme “Play Time” (Jacques Tati & Playtime, 1967)

Nesta mesma altura, contrapondo com esta nova disposição, surge o caso da América do Norte, Grã-Bretanha e Japão, onde dá-se importância à eficiência atingida, com o mínimo de custos ocupacionais, criando ambientes de trabalho geralmente densificados, onde os responsáveis estavam pouco preocupados com as necessidades dos funcionários.

Em suma, é na Europa do Norte que se privilegia a qualidade do espaço de trabalho, isto é, organiza-se o espaço de trabalho de forma a melhorar a qualidade e desempenho dos funcionários desta forma mais satisfeitos.

Segundo Shoshkes (1976), durante a década de 1930, surgiram as preocupações por parte de profissionais– como arquitetos, *designers* de interiores e outros especialistas, – sobre a falta de condições para desenvolver trabalho e sobre os próprios ambientes de trabalho em si. Mas foi apenas nas décadas 40 e 50 que se analisaram as formas de trabalho dos indivíduos, procurando uma

forma de melhorar o ambiente projetado, tendo em conta os usuários. Foram então estes profissionais, os pioneiros na procura de respostas para as necessidades de uma melhor qualidade de vida nos espaços de trabalho.

Consequentemente, as primeiras grandes transformações no mundo do trabalho deveram-se, essencialmente, à repentina expansão das empresas pelo mundo, nas décadas de 1950 e 1960. Ao longo destas décadas, criaram-se sistemas de escritórios alternativos, sugerindo novas maneiras de apropriar os espaços de trabalho, especialmente nos Estados Unidos da América.

Segundo Chávez (2002) os dois sistemas americanos criados denominavam-se: *General Office* e *Bull Pen*. Trata-se de uma tipologia de escritórios com um andar “aberto” onde os funcionários trabalham no centro e os chefes em volta do mesmo, sem escritórios, barreiras ou qualquer tipo de divisórias para os separar.



Figura 4 – Escritório do tipo Bull Pen (Chicco Sal, 2011)

Por fim, dois novos sistemas o *Open Plan* e o *Office Landscape*, marcaram a organização de espaços de escritórios, uma vez que permitiam maior rapidez de interação pessoal e diminuição das diferenças hierárquicas.

Todavia, estes espaços amplos, acarretavam algumas desvantagens, nomeadamente problemas acústicos que culminavam com distração dos funcionários, assim como falta de privacidade e divergências no controlo de

sistemas ambientais (temperatura e iluminação), que dificultavam e comprometiam o trabalho dos empregados.

Posteriormente surgiu o *Single Office* onde os executivos trabalhavam num espaço fechado, mais privado, e sem distração dos demais funcionários.

Chegados os anos 80, surge a necessidade de as empresas reduzirem custos, aumentarem a capacidade de produção e melhorarem o sistema de trabalho. Este objetivo foi concretizado, segundo Chavez (2002), devido à evolução tecnológica, nomeadamente redes informáticas. Os edifícios sofreram, nessa altura, algumas adaptações organizacionais, de modo a coadunarem-se com estas inovações. Os postos de trabalho tornaram-se espaços amplos, com divisórias baixas (para permitir o contacto visual entre os funcionários) e, passaram a existir divisórias comuns (como os arquivos) de forma a facilitar o seu uso e racionalização, e eventualmente, também algumas divisórias privadas, mais altas, feitas com alguns materiais transparentes, para cargos gerenciais (para permitir alguma permeabilidade visual).

Esta nova organização espacial, rapidamente proliferou-se para grandes espaços comuns, como por exemplos salas para reuniões e salas para pequenas pausas e convívios, com máquinas de café ou refrigerantes e mesas de forma a fomentar o trabalho em equipa.

Só, no final dos anos 90 e no início do novo milénio, a arquitetura do espaço de trabalho, não só tinha preocupações com o espaço de trabalho no seu sentido funcional e organizacional, mas também no cariz mais humano, com cada vez mais crescentes preocupações sociais e de convivência entre os membros do *staff* da empresa.

Corroborando com esta nova preocupação, Robert Propst¹ enfatiza que, além das atividades laborais que os funcionários desempenham, é necessário

¹Robert Propst - designer, da década de 1960, criador de mobiliário de escritórios na empresa Herman Miller.

reconhecer que os mesmos “moram” no seu local de trabalho, pois grande parte do dia é passado no ambiente laboral.

Na última década, o funcionário do séc. XXI, não está preso à sua mesa podendo ter um escritório individual, graças à evolução da tecnologia, e realizar as suas tarefas em qualquer espaço. Esta evolução proporcionou aos funcionários maior liberdade de horário, motivação e qualidade de trabalho.

Surgiu assim a necessidade de adaptar o local de trabalho ao seu utilizador; constatamos que, segundo a Revista Projeto/Design no ano de 1996, o *design* de mobiliário de escritório, alterou-se substancialmente no último século. Assim, da mesa com grandes e pesadas gavetas, que combinavam com os grandes armários de arquivo, passamos para mesas menores, acopladas de mesas de apoio para certos instrumentos de trabalho, como telefones ou máquinas de escrever, junto das quais, se encontravam arquivos. Atualmente, na era digital, os arquivos em formato papel foram bastante reduzidos, pois tudo fica registado virtualmente, assim, as mesas dos escritórios de agora possuem poucas, ou nenhuma, gavetas, a mesa de apoio lateral foi eliminada bem como a maioria dos armários individuais de armazenamento de ficheiros.

Numa mesa comum nos dias de hoje, o computador, o telefone e a impressora nunca faltam e poucos mais acessórios complementam o cenário.

Com a globalização da economia e as novas formas de trabalho, originais após o desenvolvimento da informática, os locais de trabalho foram modernizados e redesenhados, para que estes se adequassem às exigências ergonómicas, de conforto ambiental e de humanização dos espaços requeridos.

Com o aumento da economia global e conseqüente crescimento das empresas, verificou-se um aumento do número de funcionários a partilharem o mesmo espaço. Deste facto adveio a procura pela mudança do espaço, que exigiu novas soluções quanto ao planeamento de escritórios. Tal como acontece, porque apesar de serem todos funcionários da mesma empresa, nem todos têm a mesma responsabilidade ou cargos; além de que, algumas das funções obrigam os funcionários a ter reuniões dentro e fora da empresa, enquanto que outros, nunca saem da mesma.

Como vimos, originalmente, o trabalho era tratado num quarto, especialmente destinado a esse fim, na casa do empregador ou prestador de serviços no entanto, a dissociação entre o trabalho e a vida privada era algo já querido pela sociedade, contudo, enquanto este não acontecia, elaborava-se um processo de organização dos locais de trabalho.

“A história da industrialização e do progresso tecnológico, ou seja, as novas exigências por edifícios industriais maiores e mais resistentes, por melhores transportes, pontes e canais, por edifícios para exposições universais, etc., fizeram com que os novos materiais como o ferro fundido e o vidro, dessem uma nova linguagem ao que hoje reconhecemos como origem da arquitetura moderna” (Bruna, 1976).

2.4 Século XXI - A Era da Informação

Como já referido, no século XX, mais precisamente a partir da Segunda Guerra Mundial, fatores como a criação de novos materiais, a rápida evolução tecnológica, informática e o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, contribuíram massivamente para a transição da sociedade industrial para o pós-industrial. A introdução de tecnologias de informação no trabalho criou novos desafios aos arquitetos no planeamento do espaço, a partir da década de 1980.

Por influenciar a conceção e organização dos espaços interiores, bem como pela sua associação aos sistemas de gestão e coordenação de serviços o equipamento informático ganhou importância crescente nos edifícios (Mitchell,1996).

Segundo a publicação de Metric Handbook², numa edição de 1977, o dimensionamento de mobiliário de escritórios desenhado tendo como base a folha

²Metric Handbook trata-se de um manual de dados, planeamento e design para arquitetos.

A4 é evidenciado, bem como a utilização de equipamentos de escritórios, designadamente máquinas de escrever. O documento alega ainda, que as transformações do espaço de trabalho e respetivo imobiliário, levam em conta a ergonomia do profissional, a partir da posição sentada de forma a satisfazer as necessidades do mesmo (Sliwa, & Fairweather, 1977).

No caso da edição de 1999, referente ao *Handbook* em análise, pode ler-se que “(...) o foco é colocado nas questões da flexibilidade, sendo dado ênfase à possibilidade de se conceberem edifícios capazes de acomodar as necessidades cada vez mais diversas das organizações, numa realidade em que os utilizadores destes edifícios são cada vez menos ‘passivos’”.

Podemos afirmar que, o impacto destas tecnologias determinou, no caso dos edifícios com escritórios, uma alteração sobre os locais de trabalho, desenvolvendo espaços onde os encontros e a comunicação são predominantes entre os colaboradores da mesma. Deste modo, o número de salas de reunião foi aumentando, contrapondo com a diminuição do número de áreas restritas destinadas a escritórios individuais – predomina a ideia que o espaço de trabalho é comum.

No mesmo estudo, lê-se ainda a importância do utilizador e das suas necessidades, na fase de conceção destes espaços de trabalho. É indispensável considerar os impactos que a qualidade do ambiente laboral tem a nível físico e psicológico para os ocupantes, e portanto deve, receber especial destaque e nunca ser negligenciada. Assim, a flexibilidade do espaço é um ponto essencial, pois permite aos utilizadores terem controlo do seu ambiente, com possibilidades de personalizar o mesmo em certos aspetos estruturais, como a temperatura, a luz e o som. O estudo e implementação destes estudos, apresenta-se como uma vantagem para as empresas, pois, dá resposta, de forma eficaz, às necessidades de conforto e bem-estar dos seus colaboradores, o que diferencia a mesma das suas concorrentes no mercado.

A crescente miniaturização e disponibilidades do equipamento tecnológico foi um grande fator impulsionador para as tecnologias de informação e

comunicação conduzirem à alteração da própria estrutura organizativa das empresas, conferindo-lhes uma maior independência (Arnold et al., 2002).

O trabalho à distância foi uma das estratégias que surgiu como prática frequente na última década, (Mitchell, 1996) permitindo reduzir os custos de ocupação dos edifícios. Segundo Turner e Jeremy (1998), em 2018, prevê-se que, o número de pessoas que trabalharão a partir de casa terá um aumento de cerca de 200 milhões (Turner & Jeremy, 1998).

As novas ferramentas de comunicação garantem ao trabalhador uma maior facilidade de contacto com a empresa, e por sua vez, uma redução de deslocações a escritórios, tornando certos funcionários verdadeiramente nómadas.

O seu conhecimento e capacidade para utilizar a nova tecnologia em ambiente de colaboração são essenciais, num contexto em que o trabalho em escritório se torna predominantemente associado ao desenvolvimento de projetos em equipa e à troca de informação (Condinho, 2010). Então, como consequência destas recentes ferramentas informáticas, a estrutura organizativa da empresa passou, de um esquema predominante hierárquico, para um esquema de organização em rede (Arnold, 2002).

Todos estes fatores propiciaram uma grande transformação nos escritórios das empresas. Diante destes factos, as tarefas desempenhadas pelo funcionário, que inicialmente tinha ferramentas de trabalho mais tradicionais, passaram a ser automatizadas por máquinas (computadores) o que levou ao surgimento de um novo tipo de funcionário independente.

2.5 Época Contemporânea – Trabalhador Independente

O avançar da informatização, muito fomentado pelos conceitos de deslocamento e de comunicação, resultou num conceito a que chamamos de realidade virtual. Independentemente do lugar em que se encontra, o indivíduo

recebe sempre a informação que é destinada. Os novos equipamentos, fazem com que o local de trabalho retornasse novamente aos espaços habitacionais. Deste modo, ocorre uma transformação ao nível dos hábitos familiares – deu-se a transição do sistema familiar típico da sociedade industrial, para a família do ‘pós-industrial’ que se caracteriza pela própria desintegração do ambiente familiar privado, passando este de novo, a coabitar com a vida profissional de um ou mais membros da família.

Para o autor Marcelo Tramontano (1997), “(...) o habitante das grandes cidades do mundo parece assemelhar-se, cada vez mais, aos seus congêneres de outros países, agrupando-se em formatos familiares parecidos, vestindo roupas de desenho semelhante, divertindo-se das mesmas maneiras, degustando os mesmos pratos, equipando suas casas com os mesmos eletrodomésticos, trabalhando em computadores pessoais que se utilizam dos mesmos programas.”

Foram muitos os investigadores de áreas distintas que concluíram o mesmo sobre a metrópole do século XXI: “(...) o habitante parece ser um indivíduo que vive, principalmente, sozinho, que se agrupa em formatos familiares diversos, que se comunica à distância com as redes às quais pertence, que trabalha em casa mas exige equipamentos públicos para o encontro com o outro, que busca sua identidade através do contacto com a informação” (Catafesta, 2012).

Podemos constatar assim que, paralelamente a estas mudanças existe também a alteração do perfil dos habitantes da cidade, que são cada vez mais pessoas solteiras; jovens profissionais; profissionais que trabalham em escritórios; ou então, estudantes que tendem a preferir gastar mais dinheiro com o aluguer de apartamentos situados nos centros das cidades, em vez de viverem nos subúrbios, sujeitos a deslocamentos de longas distâncias, distantes da vida noturna, do lazer urbano e das próprias instituições de ensino.

Por esta altura, verificamos que a população, ao contrário do que aconteceu com a tecnologia que avançou muito rápido, foi lentamente alterando os seus hábitos diários. Inicialmente, moravam em casas semelhantes às do século XIX, onde o espaço era dividido na área social, íntima e de serviços. Com o tempo, foi necessário criar alternativas, surgindo uma nova tipologia habitacional que

reformulou as características gerais dos espaços de então. Os *loft* são assim um exemplo destas mudanças, pois surgem da reformulação de edifícios industriais, que, ao serem reabilitados, são planeados levando em conta as características do público-alvo: individualidade e originalidade. Abordaremos, em específico este sujeito posteriormente no *Capítulo 3 - Habitar*.

2.6 A Atualidade

Apesar dos recursos tecnológicos atualmente disponíveis, que deveriam libertar o indivíduo de determinadas tarefas, verifica-se, contrariamente ao esperado que as pessoas têm tido cada vez menos tempo livre.

Com a mudança nos hábitos de vida contemporâneos, cada vez mais o tempo livre sobrepõem-se à questão do tempo de trabalho, assim como, a preocupação com a qualidade de vida sobrepõem-se à questão do consumismo.

Como consequência da virtualização, a linguagem corporal, os gestos, a expressão facial, o olhar, a tom da voz e expressão verbal perderam valor, reduzindo as manifestações físicas do ser humano.

Este novo estilo de vida, leva o indivíduo a replanear a família, o trabalho, o seu espaço, o seu tempo e a sua vida em função das novas prioridades contemporâneas, o que levou a que as tarefas profissionais sejam, cada vez mais, flexíveis e criativas. Assim atividades ora domésticas ora profissionais, de estudo, de trabalho ou de lazer não são mais atividades incompatíveis umas com as outras – existe cada vez mais uma harmonia entre todas.

Torna-se assim importante perceber as mudanças que terão que existir na vida pessoal do indivíduo trabalhador, para que esta se relacione harmoniosamente com o seu trabalho, sua família e a sociedade, em que está inserido.

As novas tecnologias – como os computadores portáteis e mesmo os telemóveis com internet que cabem no bolso e na palma da mão, dão-nos liberdade de escolha para decidir o local onde trabalhar.

2.7 Coworking

Como referido, graças à evolução da tecnologia na sociedade, o indivíduo ficou livre para trabalhar fora do seu local de trabalho. No entanto, esta situação traduziu-se no seu isolamento, o que se revelou psicologicamente difícil para determinadas pessoas. Considerando os aspetos positivos e conveniências ganhas ao se aceitar trabalhar em casa, (como: o aumento de flexibilidade horária e autonomia, a nível psicológico), nem sempre se demonstrava ser assim tão eficaz, levando a que as mesmas procurem por uma alternativa melhor para trabalharem. Na busca de uma de uma melhor solução surgiu o *coworking*. Este é, hoje, um local usado por diversos profissionais autónomos, de forma a combater o problema do modelo de trabalho conhecido como *home office*.

Assim, o *coworking* permite enriquecer conhecimentos, oferece aos seus membros, mais do que tudo, a possibilidade de desenvolver uma atmosfera de grupo, onde se pode encontrar apoio e motivação para o desempenho laboral. Para não falar das relações profissionais que aqui se realizam, a diminuição de custos e ainda o vasto número de pessoas a trabalhar em áreas distintas e complementares, faz com que este seja um ambiente propício à criação de novas ideias criativas e até mesmo oportunidade de negócio.

Este conceito iniciou-se nos Estados Unidos e surgiu como uma forma de responder às necessidades dos trabalhadores liberais que viam, este modelo de trabalho em grupo uma forma de trabalharem longe de casa, de forma flexível e a baixo custo.

O conceito *coworking* popularizou-se por volta de 2005 com Brad Neuberg, um jovem norte-americano que terá alugado um espaço, na zona de São Francisco, com o nome de 'Hat Factory' aberto à comunidade. Partindo deste ponto, os seus colegas foram os primeiros a usufruir do espaço, pois sentiam necessidade de partilhar ideias e terminar com a questão do isolamento e solidão que sentiam em casa.

Apesar ter tido reconhecimento por parte de várias publicações, pelo facto de ter por ter sido o primeiro a definir este método de trabalho coletivo, não se pode dizer que esta foi uma ideia inovadora. Pois, alugar escritórios era uma prática já antiga e o trabalho em conjunto também. Porém, a ideia rapidamente se alastrou a outras cidades. Não só se criaram espaços de trabalhos melhores como, ainda, se mantém através da própria comunidade e sustentabilidade. Um dos fatores principais que podemos considerar como origem da rápida propagação deste conceito foi o aumento de desemprego que, por sua vez, terá levado a que profissionais trabalhassem por conta própria.

No geral, os *coworkings* são caracterizados pelos seus espaços amplos, secretárias e mesas de trabalho, sala de reuniões e de descanso, cesso à internet e cozinha. Outras vezes estão englobados escritórios privados e até rececionista. O preço para quem opta por trabalhar nestes espaços depende do tempo de permanência.

Para muitos esta é uma ótima solução, uma vez que veem o *coworking* como um espaço de trabalho *low cost* e embora, possa até ser mais barato trabalhar em casa em termos profissionais, não é de facto, tão produtivo.

O que inicialmente passava por reunir pessoas da mesma área, agora, consiste na mistura de distintas áreas profissionais, havendo sentido de colaboração e ajuda entre todos, melhorando a criatividade e a inovação. “Designers, cientistas, tradutores, programadores, arquitetos, fotógrafos e *maketeers* são os ingredientes de um grande caldo criativo e colaborativo” (Mendes, 2014).

Jorge Ferreira, autor de uma notícia do jornal Expresso, comenta que nos dias de hoje trabalhar em esplanadas ou *halls* de hotéis, planejar reuniões em estações de comboio ou aeroportos, ou, ainda, em estações de serviços de autoestradas são opções cada vez mais frequentes para quem usufrui de escritórios virtuais e/ou pretende rentabilizar o tempo das deslocações.

Em Portugal superfícies de trabalho destinadas ao *coworking* estão espalhados de norte a sul do país, particularmente mais na zona do Porto e de Lisboa.

São espaços de *coworking* como o do Ávila Business Center e o do Lx Factory que se distinguem pelo seu sucesso e espírito irreverente, e que nos levam a acreditar que estamos no caminho certo no sentido em que o modelo padrão dos espaços de trabalho está a mudar.



Figura 5 – Coworklisboa localizado no LX Factory
(Michael Melia, 2015)

Ainda no Expresso a notícia revela ainda que num “estudo elaborado pela Deskwanted.com, no início de 2013, Portugal surge com um total de 42 espaços de *coworking*, quase entrando no top 10 (ficou em 12º) de nações com mais espaços deste género, num total de 80 países.” Contudo, embora as gerações mais novas estejam mais recetíveis ao *coworking*, é um facto de que as empresas portuguesas têm ainda uma perspetiva muito tradicional no que respeita a espaços de trabalho.

No conto geral, o *coworking* representa fundamentalmente uma nova forma de pensar sobre a maneira como trabalhamos e compartilhamos informações, tornando-se, assim, uma tendência mundial para um novo paradigma do trabalho.

Capítulo 3 – PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Na segunda metade do século XX, com as mudanças sociais e de produção, ou seja com o ‘boom’ da indústria, que se deu de forma repentina e desordenada, encontravam-se, na altura, integrada na malha urbana – as fabricas operavam no centro da cidade. Com o passar dos anos, e com a transição da indústria para as regiões suburbanas, os edifícios industriais situados nos centros das cidades, após cumprirem a sua função original, foram ficando vazios e degradados³. Assim de forma gradual, assistiu-se à degradação destas primeiras instalações fabris a nível estrutural, chegando, variadas vezes, à fase de ruína onde a solução passava pela demolição do mesmo⁴.

Contudo, a falta de funcionalidade desta zona sectorial, que obrigava as pessoas a fazer deslocamentos múltiplos dentro do mesmo território sob intensos fluxos migratórios (para viver, trabalhar e momentos de lazer), fez com que se desejasse deslocar a fábrica de volta para o núcleo urbano multifuncional, de modo a que, as distâncias percorridas pelos indivíduos fossem menores. Desta forma os centros das cidades passaram uma constante fase de ‘desertificação e descaracterização’, sendo que a resposta a este problema, passou pela requalificação dos centros urbanos onde, deste modo, se verificou uma consequente dinamização valorização e desenvolvimento do espaço.

Este fenómeno verificou-se na Europa, por volta da década de 80, onde se sentiu a necessidade de valorizar e revigorar o centro urbano, que, foi sofrendo, portanto, intervenções de renovação e revitalização para dar de novo vida aos centros históricos devido à devastação causada pela guerra, aliado ao

³Estes deslocamentos eram, na sua quase totalidade das vezes, porque, os proprietários deslocavam-se em procura de maiores edifícios, a preços mais baixos mas com melhores condições, e encontrava-nos na periferia.

⁴Consequentemente, com a deslocação dos edifícios para a periferia com novas instalações, verificou-se, deu-se a deslocação da população trabalhadora para a periferia também.

envelhecimento e posterior declínio das zonas industriais e portuárias, que aliado aos centros históricos se encontravam em estado de degradação avançada.

É comum observar mudanças em edifícios históricos, tais como as *houseboats* de Amesterdão ou as casas urbanas de estilo georgiano de Londres que se transformaram em casas unifamiliares, apartamentos ou oficinas. Estes edifícios encontraram um novo uso como o de hotel, bar noturno, galeria de arte, comércio, ou, industria ligeira. Mais recentemente, os armazéns industriais da última metade do século XIX, ou, do princípio do século XX, também encontraram novos usos, diferentes dos que os viram nascer” (Mozas & Fernández, 1998).

Esta afirmação feita por Antunes (2003), referênciam que surgiram incertezas no modo de atuar sobre a herança cultural, numa época em que as referências culturais são ameaçadas pelas mudanças na sociedade. O autor acrescenta ainda que, quando existem intervenções sobre o património histórico e cultural são necessários cuidados para que o restauro cumpra as exigências do mundo atual e não degenerem a evolução.

‘Construir no construído’ é a expressão que representa o que acontece presentemente nos centros urbanos. As cidades, compostas por conjuntos de edifícios que revelam camadas de tempo, história e diferentes modos de habitar, comunicam por si mesmo e montam uma paisagem que é ao mesmo tempo complexa e estimulante.

De acordo com Gracia (1996) temos que, aceitar a dimensão temporal da arquitetura, ou seja reconhecer o inevitável processo de modificação que esta sofre através do tempo, verificado não só por meio de processos de utilização e mudança de funções, mas também verificado na procura de um significado dentro do contexto. Estas modificações da mentalidade levam a que a função dos espaços sejam planeadas de forma a responder às modificações e evoluções socioculturais, que alteram ao longo das gerações o comportamento do Homem.

‘Construir no construído’, exprime o processo de planeamento e enquadrando da dimensão e características do espaço, sob um contexto privado e publico, individual e coletivo. Sob esta perspetiva, antigos edifícios ganham nova vida, por vezes em contextos bem diferente dos que originalmente foram

planeados, por exemplo, fábricas antigas transformam-se em espaços de lazer, ou degradados armazéns são reconstruídos sob forma de habitações e espaços recreativos, entre outras intervenções.

Entende-se que património seja um termo historicamente ligado ao conceito de herança e está neste caso conectado às construções industriais do passado. É através do legado construído que facilmente conseguimos interpretar as suas vivências e as suas necessidades, de modo a intervir no meio de forma benéfica, pois, na apropriação dos edifícios industriais é sempre necessária uma transformação, quase completa do espaço.

É, assim importante salvaguardar esta herança histórico-industrial, na medida em que, para além do edifício, também o seu passado – subentende-se as técnicas construtivas, a história, a memória e o significado social – deve ser preservado, já que, o mesmo diz respeito a todos, e devemos contribuir para a proteção da heterogeneidade dos espaços urbanos únicos e distintos de cada cidade que este tipo de intervenção oferece, e demonstra interesse e capacidade de valorizar por parte da população.

Então, na realização deste tipo de projecto de reabilitação das indústrias localizada no meio dos centros urbanos, importa entender que “ (...) a cidade é uma herança do passado a transferir para o futuro e, se possível, melhorada pelo presente (...) ” (Gracia, 1996), privilegiando a continuidade e não a rutura, sendo a primeira uma forma de (re)utilização deste património para novas funções.

São muitos os exemplos de edifícios antigos, que se encontram abandonados e que se deparam diariamente com a destruição. Kühl (2009), defende que a principal causa deste fenómeno associa-se ao facto que “ocupar, geralmente, vastas áreas em centros urbanos e sua obsolescência e falta de rentabilidade tornam bastante delicada a questão de sua preservação.”

Foi com base nas recuperações realizadas sobre os antigos edifícios industriais que se criaram novos dinamismos nas cidades, tornando possível o que possibilitou o desenvolvimento e regeneração das cidades históricas, consolidando e revitalizando toda a sua envolvente.

Consideramos que, reabilitar o construído implica assim, a revitalização e reinvenção de uma nova urbanidade, tornando esta numa das formas de intervenção mais fascinantes da atualidade.

Como retornar aos centros urbanos? Esta é a temática em discussão que surge quando se assiste à tendência de retorno ao centro das cidades e as tentam requalificar.

“O objectivo último da reabilitação é reabilitar(...)” (Matos, 2007), ou seja, é atrair para as áreas de intervenção variadas, de cariz público e/ou serviços como novas famílias; população mais jovem; novas atividades económicas; novos equipamentos de utilização coletiva de apoio à residência; atividades comerciais; de forma a recuperar e modernizar os edifícios na zona que se intervém.

“(...) A ‘requalificação urbana’ serve hoje para denominar, sobretudo, políticas de intervenção na cidade (mais ou menos) histórica, onde se têm verificado processos de obsolescência funcional, degradação de edifícios, conjuntos edificados e espaços públicos, originando, frequentemente, o abandono ou a ocorrência de usos desqualificantes(...)” (Domingues, 2003), pois, com o passar do tempo muitos são os exemplos em que a degradação atinge um patamar, que impossibilita a sua reabilitação. A frase de Lavoisier “na natureza nada se perde, tudo se transforma” (Flores, 1998) adquire um novo sentido aquando aplicado no património industrial. Conclui-se, então, que neste caso, existe a possibilidade de integrar novos programas de restauro, conferindo uma vida diferente daquela para que o edifício fora inicialmente construído.

Embora se dê importância à ‘recuperação da vitalidade das áreas centrais’, é também essencial para que estas se adaptem às atividades e estilos de vida da sociedade contemporânea. Deste modo, se outrora a noção de reabilitação passava apenas por recuperar o património arquitetónico de carácter monumental, atualmente passou-se a sentir uma igual valorização sobre as zonas comuns da cidade.

Os edifícios do passado, independentemente da sua idade, cumpriram a função para que foram construídos. Acredita-se que um edifício tem um tempo médio esperado de vida de 50 anos. “Por isso mesmo, representam já uma parte

do património construído, e contêm em si uma parte da história do homem, para além de significarem também uma parcela significativa e mesmo imprescindível do parque construído, no que se refere às funções que têm de continuar a desempenhar, na habitação, no comércio, na indústria ou nos serviços” (Appleton, 2003).

Um ponto relevante que anda de mãos dadas com o património, é a ‘memória’. No sentido em que é uma lembrança do passado que permanece, considerando que o “(...) valor memorial tem hoje um grande peso na definição de património” (Flores, 1998). Assim, o património industrial, em específico, tem a capacidade de invocar épocas do passado, devido à memória que é trazida pelos edifícios que as representam. É fruto das memórias que estes edifícios trazem consigo (sejam pessoais e/ou coletivas), que se perpetua uma imagem de um local - como as cidades -, onde associar edifícios é considerado normal.

Frequentemente, as reabilitações sobre os edifícios industriais referidos são, por norma, menos apoiadas do que os antigos edifícios, pois, tendencialmente valoriza-se mais o antigo, em oposição ao mais recente. A razão para este facto deve-se porque “noção de património é normalmente associada ao factor tempo. Quanto mais antigo o bem, mais raro é. Consequentemente, mais valioso se considera. Este factor, interpretado de forma deficiente, levou à destruição de muitos edifícios do século XX, apenas porque, sendo recentes, não mereciam especial protecção” (Lopes, 2004). Com base neste facto, o Conselho da Europa, recomendou a protecção do património arquitetónico referentes ao século XX, com o objetivo de minimizar as perdas, uma vez que estas eram irrecuperáveis, e possibilitado que gerações futuras as presenciassem, reconhecendo que estava em causa o património do futuro.

Por este motivo, nas intervenções em testemunhos industriais, tornou-se essencial fazer uma seleção de estruturas a manter de forma a preservar a essência do edifício. Sentiu-se a necessidade de conceber um padrão pré-definido, que servisse para identificar os edifícios a conservar, o que resultou na procura da importância histórica, valor cultural, qualidade arquitetónica, com o objetivo de representar características históricas marcantes de cada estilo/época.

Note-se que ainda hoje os edifícios industriais representam um peso menor do que os anteriormente citados, porém, por terem sido uma parte importante na Era da Industrialização, são cada vez mais, vistos como testemunhos da ‘antiguidade’, e por isso, cada vez mais valorizados. Isto reflete-se na prática quando, a questão que aborda a reutilização do património, tem ganho cada vez mais importância na sociedade, uma vez que, esta pode vir a ser uma forma de conservar a memória coletiva, onde a identidade se torna num valor a manter.

Sobre a mesma temática e visto existir um grande número de exemplares industriais, nos centros urbanos a autora Merola (2002), afirma que “deve-se realizar um trabalho com critério de seleção, levando-se em conta que o património industrial é um património repetitivo e nem tudo é suscetível a ser conservado” pelo que é fulcral saber identificar, e julgar quais os edifícios que marcam a diferença e que são importantes de se manterem.

Contudo, atualmente, o património industrial representa uma contradição. Se por um lado demonstra carência de atenção, por outro, uma vez que já se tornou num hábito observar estes edifícios em decadência, observa-se falta de investimento sobre o mesmo. Só em certas exceções em que estes são revitalizados, quando se presencia um momento de consciência, ou seja, onde nos apercebemos do erro que de facto existe, e o que realmente desvaloriza o património. É nesta circunstância, que se compreende a importância de certas medidas que apoiam e fomentam a reabilitação do património industrial.

É a partir do século XVIII, após grandes perdas de património histórico e artístico, que se dá um aumento da conscientização sobre a importância de se preservar os vestígios da história.

Este conceito não é exclusivo da nossa Era – reconversões de espaços têm-se sucedido há já muitos anos – e há registo histórico de que os edifícios se encontravam em constantes metamorfoses e que, abarcam a história e a cultura, promovendo a questão da memória viva. “Os templos gregos e romanos transformam-se em igrejas cristãs, os mosteiros ingleses convertem-se em casas de campo e os palácios russos, depois da revolução, em museus do povo.

Recentemente, as fábricas e as estações de caminho-de-ferro do século XX convertem-se em centros comerciais e hotéis” (Simões, 2012).

No último século, na década de 60, realizaram-se algumas das mais significativas intervenções em antigos edifícios industriais, pois pretendiam-se requalificar áreas urbanas através de grandes complexos desativados, fazendo emergir, desta forma, bairros novos nos centros das cidades. Ghirardo⁵ (2002) refere que “a tecnologia em rápida mudança e a maior mobilidade correspondente do capital transformaram as paisagens industriais do final do século XX em toda a Europa e nas Américas. Em seu rastro fica uma ceifa de estruturas abandonadas e em uso anteriormente ocupadas pela indústria pesada [...]. Quando a indústria pesada e as grandes empresas fugiram das áreas urbanas para locais menos caros, as cidades encorajaram investidores provados ou a eles se aliaram para transformar prédios vazios em fontes de receita privada e pública. [...] Em sua maior parte, essas iniciativas fizeram parte de estratégias mais amplas de revitalização, que consistiam basicamente na substituição de família pobres ou operárias por profissionais urbanos em ascensão social em zonas de armazéns, indústrias ou áreas decadentes dos centros das cidades”.

É possível implementar novas atividades em edifícios que serviam ofícios antigos se se tiver o cuidado de apenas se alterar o necessário, salvaguardando o que é importante e acrescentando apenas o essencial. “Por outro lado, também podem ser introduzidas novas tecnologias, funções, a par dos serviços necessários para habitar segundo critérios de continuidade e inovação, respeitando o passado mas paralelamente exigindo futuro, constituindo motivo de qualificação das zonas degradadas, mas ricas de memória colectiva” (Fernandes & Cannatá, 2009). Para que tal se suceda importa que isto represente para o presente uma mais-valia, de modo a sociedade e as cidades tirem partido desta situação, uma vez que nos dias de hoje o património industrial “(...) reside, portanto, em processos que inovem a história da arquitectura, a elucidação de conteúdos que construam novas visões de futuro para o seu significado,

⁵Diane Ghirardo - autora de vários livros e ensaios sobre história e a teoria da arquitetura.

devolvendo-a à contemporaneidade, com a sua hibridez, com os seus desvios e contradições. E este deve ser o princípio da preservação” (Garcia et al., 2005)

Edifícios industriais, seja armazéns, edifícios isolados, ou complexos inteiros, datados do final do século XIX e do princípio do século XX, são cada vez mais o alvo escolhido para processos de reabilitação, ou reconversão a escolha centra-se na flexibilidade⁶ que estes espaços oferecem e é considerada um processo evidente na produção de novas formas de habitar, pois da possibilidade à projeção de novos modelos urbanos, porque, “são edifícios de construção sólida e de fácil manutenção, facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e prestam-se a utilizações, públicas e privadas, múltiplas.”

Atualmente, são inúmeras as propostas dadas com objetivo de regenerar estas áreas urbanas em crise; entre elas permanecem exemplos como “(...) terminar com tudo o que existe e começar do zero, com novos edifícios e novos programas; museificar os edifícios em questão, tornando-os pólos culturais de memorial do que dantes lá acontecia; reaproveitar os edifícios para novas funções que melhor respondam à sociedade, e à cidade, actual” (Martins, 2009). Qualquer que seja o tipo de intervenção que se decida, deve ter-se como prioridade e objetivo a atingir, as potencialidades e as condicionantes envolvidas no projeto.

Tal como referido anteriormente o conceito de reabilitação implica o readaptar, do tecido urbano degradado, o seu carácter residencial, onde geralmente se realizam dois tipos de intervenção complementares: numa o edificado, onde se busca uma melhoria da qualidade e conforto do espaço, ganha

⁶Estas tipologias de construção industrial são caracterizadas por um sistema construtivo preparado para receber cargas, cuja configuração espacial é simples: áreas de grandes dimensões e sua iluminação de forma natural (Catafesta, 2012).

No início da edificação e projeção das cidades, a construção de raiz era, de um modo geral, bastante mais convidativa e valorizada a nível da arquitetura, menosprezando as questões relativas ao aproveitamento, transformação ou alteração de espaços já existentes. Estes fatores só começaram a ser valorizados e a ganhar uma maior consciência, por parte do profissional responsável de planeamento urbano, quando se consciencializaram do esgotamento de recursos e espaços disponíveis.

importância, o que implica, não só a reabilitação dos edifícios habitacionais, mas também a de outros edifícios, ou até em certos casos mais extremos, demolição total ou parcial de alguns e conseqüente construção de novos; o outro tipo de intervenção é relativo à paisagem urbana, onde se destaca uma intervenção a nível das infraestruturas, como o caso das fachadas, e ainda nos espaços públicos contíguos ou residencial (Matos, 2007).

Apesar do diverso leque de soluções apresentadas, existe um objetivo comum que envolve a requalificação da cidade, iniciando nas zonas mais deterioradas, cujo principal objetivo é atrair a população, e não a repelir.

Os grandes centros urbanos em tempos desenvolvidos são agora áreas obsoletas.

Toda esta temática encerra quando, no início do século XX, os edifícios fabris assistiram ao desenvolvimento e crescimento das suas áreas com a especialização da indústria: com a evolução da tecnologia e da sociedade verificou-se um abandono progressivo relativamente ao centro das cidades. “Ainda que as indústrias necessitem de se localizar nas proximidades das vias de circulação ou ainda nas imediações das matérias-primas, a edificação industrial pode não só disseminar-se no território nacional, mas até alterar a sua tradicional concentração distribuindo-se doravante numa escala planetária. A possibilidade de transmitir energia a longa distância (...) alterou a localização das indústrias transferindo-as para locais afastados das cidades (...)” (Folgado, 2005).

Como resultado das condições de habitação nos locais onde no passado, a atividade industrial, restam pedaços de história entregues ao abandono, o que contribui para uma imagem de degradação, onde já nada acontece, muito devido à expansão do centro industrial da cidade para a periferia. Esta ausência de funções remete para varias conseqüências – como a formação de subúrbios, juntando pessoas e baixo nível económico no mesmo local, o que contribui para a ainda maior desvalorização do mesmo – nos planos económico, histórico e cultural. Este tipo de fenómenos só acelera o processo de deterioração da região.

Associamos muitas vezes os complexos industriais obsoletos a certas problemáticas citadinas atuais, no entanto, são vários os exemplos, em que estes são considerados constituintes de valor na imagem urbana.

Assim, os vestígios da cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico estão compreendidos no património industrial. Estes englobam exemplos como: edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas e minas, que no passado eram considerados 'património menor' (Tagil, 2003).

Na segunda metade do século XX, na década de 70, o nível de preocupação pela recuperação deste património aumentou, porém, só mais recentemente é que este se tornou num objeto de estudo e proteção, passando a ações de transformação onde, por exemplo, estas estruturas desativadas surgem museus, centros culturais para exposições e espetáculos, centros de conferências, espaços de trabalho e até habitações (como o *loft*). Assim, aproveitando as áreas grandes e que geralmente se apresentavam sem divisórias interiores, estes espaços ofereciam a flexibilidade espacial, que permitia expor obras de grandes dimensões nestes salões.

Observou-se nesta altura uma nova abordagem sobre o que significa património, enquanto 'legado histórico e civilizacional', o que origina a que as ações de proteção e intervenção passassem a abranger mais elementos, e ainda outras tipologias ao que Françoise Choay (2001) denomina de 'expansão tipológica do património histórico'. Assim a reabilitação de edifícios antigos deixou de ser exclusiva a edifícios históricos ou de grande valor patrimonial. Esta execução está diretamente ligada à legislação industrial como forma de resposta à democratização do património. É fundamental compreender se a transformação dos edifícios é suficiente museificar o complexo e a sua função, ou, adaptar o edifício às necessidades atuais, com funções contemporâneas e duráveis no tempo (Martins, 2009).

As intervenções efetuadas, ao nível da recuperação e revalorização, de zonas industriais rudimentares tornaram-se numa prioridade, relativamente à direção da requalificação urbana. Além de mais, é uma opção sustentável, pois, torna-se também mais atraente em comparação com novas construções

contemporâneas. São alguns os casos de extensas áreas industriais desativadas que, paralelamente à sua recuperação, tem também um projeto associado ao marketing urbano, o que estabelece nos dias de hoje, uma oportunidade às áreas localizadas dentro ou próximo do centro das cidades, para ocupar espaços ligados a serviços como restauração, hotelaria, cultura, escritórios e habitação.

A flexibilidade de estruturas foi uma evolução para a concretização de projetos de diversas tipologias, contrariamente ao apresentado no início do século XX, onde as habitações eram sistematizadas e a ideia de se misturar diversas atividades não tinha lugar, alternando apenas a quantidade de divisões.

A autora Jane Jacobs⁷ (1961), que estuda a diversidade, refere a importância da habitação, dentre outros fatores afirma que “as pessoas que habitam o distrito também constituem em geral uma grande percentagem das pessoas que utilizam as ruas, os parques e os estabelecimentos locais. [...] Sem dúvida, as moradias de um detrito (como qualquer outro uso do solo) precisam ser complementados por outros usos principais, de modo que haja uma boa distribuição de pessoas nas ruas em todas as horas do dia, [...] vida atrai vida”.

Apesar do imenso leque de programas em vista para estes edifícios, a habitação é o que mais consequências diretas têm sobre a vida da população, reunindo as melhores condições para a cidade, mantendo-a viva com a presença e movimentação de pessoas.

Ao compreender os novos ideais de habitação atinge-se um novo patamar de flexibilidade que permite satisfazer as novas exigências - um espaço de fácil resposta às necessidades criadas que se tornam adaptáveis e versáteis, bem como a vontade de personalizar a habitação.

Assim, referir que a habitação não deve ser feita a pensar num indivíduo ou família é um facto evidente, visto que, estes já não são considerados ‘modelos padrão da nossa contemporaneidade’. Perante isto, é importante rumar a uma

⁷Jane Jacobs - jornalista, escritora e ativista política, autora do livro *The Death and Life of Great American Cities*, que criou para fazer duras críticas sobre as práticas de renovação do espaço público da década de 1950, nos Estados Unidos

tipologia habitacional que envolva núcleos familiares distintos, e que possibilitem a alteração dos espaços mediante as suas necessidades evolutivas. É essencial que as habitações respondam a uma 'diversidade e individualidade, mais do que segundo a homogeneidade e coletividade'.

Os complexos culturais, comerciais e escritórios são um bem necessário que revitalizam a cidade por períodos de tempo e em espaços limitados, contrariamente às habitações em que a consolidação da área é feita de forma mais abrangente. Assim, as habitações são consideradas recursos inesgotáveis, pelo que é essencial planeá-los e preservá-los de forma contínua.

É importante mencionar que, a escassez de terrenos para construção de moradias nos centros urbanos é uma problemática e, a fim de contornar este aspeto, é necessário levar as pessoas a para espaços já dotados de infraestrutura, o que facilita a deslocação casa-trabalho-lazer com distâncias mais curtas, suscitando uma necessidade social e urbana, o que revela ser mais uma razão para o reuso habitacional.

Uma abordagem, relaciona-se com a reintegração de zonas, outrora de grande atividade que atualmente estão em desuso, que resulta na intervenção e reconhecimento de armazéns devolutos suburbanos, bem como de grandes complexos fabris, a edificações que possuem inigualável valor patrimonial. Estes são projetos que de um modo geral apresentam mudanças ao nível da função do edifício, bem como a nível de espaços existentes, transformando os mesmos em locais mais flexíveis e multifuncionais.

Com as novas transformações feitas na cidade é, então, possível determinar que a qualidade de vida dos habitantes e do espaço envolvente, bem como, permanência dos elementos construídos, dão à cidade componentes de enorme valor para a sociedade que ai reside. As áreas de declínio industrial defendem a continuidade da sua estrutura, sendo muitos os casos, em que, estes ocupam lugares de densidade populacional, criada pela população.

Este tipo de reconversão apresenta-se de forma bastante interessante devido aos elementos arquitetónicos de carácter industrial que contrastam com elementos criativos, artísticos e culturais pertencentes a uma era mais moderna.

Mundialmente, são cada vez mais os casos de reconversões de antigas zonas fabris, tanto no núcleo da cidade como na periferia. Apesar de se registar uma crescente preocupação e vontade de salvaguardar e preservar os núcleos históricos, esta é relativamente recente e as formas de atuar sobre o preexistente nem sempre são as mais refletidas e cuidadas – “(...) uma enorme percentagem de operações de reabilitação não é enquadrada por uma reflexão, diagnóstico ou projecto atento às especificidades de cada caso. Frequentemente os resultados são desastrosos” (Lopes, 2006).

Capítulo 4 – HABITAR

2.1 Noção de Habitabilidade, Conforto e Flexibilidade

- Sobre a Habitabilidade

“Construir é responder a um anseio, é preencher um vazio, é dar uma solução ao homem que habita, quer dizer, que existe no espaço. O significado da casa, como resposta construída, é alojar, é proporcionar proteção. Neste sentido habitar corresponde ao abrigo (...)” (Silva, 2012).

“O significado básico de habitar centra-se na permanência, no estar num lugar, entendendo-se o lugar do hábito a habitação” (Silva, 2012).

Neste capítulo aborda-se o significado de conforto no ambiente residencial, e a sua definição encontra-se diretamente ligada à cultura em que o indivíduo está inserido. Contudo, pode dizer-se, de uma forma resumida, que conforto é definido por uma satisfação pessoal referente a um dado espaço.

Serra e Salvado (2009) consideram que, para a generalidade da população, e acima de tudo para os que efetivamente exercem a sua profissão fora de casa, esta é vista como um local de ‘retorno’ do seu dia-a-dia. Considerando que se trata na sua maioria, de indivíduos que passam a maior parte do seu tempo focados num trabalho ou a outras formas de vida social, em vez de o passarem dentro dos limites residenciais. Posto isto, determinam ainda que “a gestão dos tempos diários condiciona de forma rigorosa, a vivência e os tempos dedicados às possíveis actividades domésticas” (Serra e Salvado, 2009).

Com o decorrer dos tempos, no interior das habitações foi possível verificar-se que, as novas tecnologias trouxeram consequências diretas que foram sendo reveladas nos usos e funções dos espaços da habitação. Assim, se por um lado houve um aumento da permanência por parte das famílias no espaço doméstico, muito provocada pela hipótese de se realizar atividades de um modo virtual

(trabalhar a nível profissional, fazer compras, momentos de lazer), atividades que antes só eram possíveis através de um deslocamento físico do indivíduo a um espaço concreto distante, obrigando à transposição dos limites da habitação; por outro lado o uso da tecnologia (computadores portáteis e telemóveis) permitiu efetuar certas tarefas relacionadas com os interiores domésticos, recriando a noção de habitar a cidade (Tramontano et al., 2000).

Quer isto dizer que “(...) a otimização do trabalho profissional, devido à tecnologia, acabou sendo traduzida para as necessidades domésticas.” Assim, a mecanização, na primeira metade do século XX, foi gradualmente substituindo a mão-de-obra humana no espaço da habitação, melhorando o trabalho das donas de casa que passaram a ter o apoio das novas máquinas (Tramontano et al., 2000).



Figura 6 e 7 – Publicidade aos primeiros electrodomésticos (Letícia Motta, 2015)

Em resultado desta mudança tem-se assistido à redução do número de domésticas e a um aumento do número de mulheres a trabalhar fora de casa. Assim, presencia-se uma tendência pela igualdade entre ambos os sexos,

relativamente ao trabalho e à habitação. Devido a esta nova condição na gestão e na manutenção da habitação, a mesma, passou a ser feita por todos os constituintes familiares. No entanto, as mudanças sofridas sobre as condições sociais, levaram a um aumento da necessidade de lazer e dos tempos livres, para isso, procurou-se um maior conforto e eficiência, bem como a redução do esforço e do tempo por parte dos habitantes, levando então, a habitações funcionais e eficientes (Paiva et al., 2006).

Na sociedade pós-industrial e atual era da informação, existe um novo contexto que influencia a questão habitacional, que gera novas soluções que suscitam novas ideias para os usos dos espaços habitacionais, ou seja, à medida que se desenvolve a tecnologia, surge um redesenho do espaço doméstico e uma consequente alteração nos modos comportamentais.

Este novo modo de estar, que é tanto de cariz cultural e social, corresponde necessariamente às novas formas de habitar, de forma a satisfazer modos e os estilos de vida contemporâneos.

Na nossa sociedade as “mudanças” ou transformações no seio da estrutura social portuguesa, têm, tal como se verifica no resto do mundo, vindo a assumir uma importância substancial, visto que o modelo tradicional da família já não representa atualmente a maioria da população e, independentemente dos estudos apresentados para soluções habitacionais, não se pode basear apenas num único modelo residencial. Serra e Salvado (2009) compreende que as transformações demográficas e sociais na sociedade portuguesa não têm apenas um único modelo de família e habitação mas sim vários, concluindo que, só deste modo, pode-se falar numa diversidade de modos ou estilos de vida, que são associados à vivência do indivíduo num habitat, e foram-se transformando e evoluindo com o tempo a nível demográfico e social.

“Na segunda metade do século XX, (...) surgem novos tipos de grupos domésticos: famílias monoparentais, casais sem filhos, uniões livres (incluindo casais homossexuais), grupos sem laços conjugais ou de parentesco habitando o mesmo espaço, ou seja, uma família renovada” (Tramontano et al., 2000). Atualmente, em 2014, a demógrafa Elza Berquó afirma que a diminuição da taxa

de natalidade, o aumento da esperança média de vida, a crescente emancipação da mulher no mercado de trabalho, liberdade para a orientação sexual, o aumento do número de pessoas a viver a sós são tendências que alteram a estrutura e a função familiar.

O modo de vida da sociedade atual, aliado às alterações socioculturais registadas, esteve na origem das novas tipologias familiares, novos ritmos de vida e de trabalho, novas relações interpessoais, novas relações entre o espaço e o tempo que originaram modificações na forma de uso dos espaços (Milano, 2009).

Ao conhecer-se os diferentes modos de vida e o fenómeno da metamorfose social, tornou-se imprescindível o aumento das propostas de soluções para zonas residenciais e urbanas, de forma a promover a ideia de que a habitação deve ser adaptável às várias necessidades habitacionais. O responsável pela adaptação do espaço, o arquiteto, que se depara com vários tipos de indivíduos contemporâneos com novas identidades e formas de estar na sociedade, levando o profissional a equacionar o projeto do espaço, no sentido de responder a um padrão social contemporâneo com múltiplas variantes de forma a satisfazer mais que uma.

Maria Vittoria Giuliani⁸(1987), em Freitas (1998), através de uma análise feita no uso do espaço doméstico e no grau de envolvimento afetivo constatou a existência de três modelos habitacionais. O primeiro é o modelo burguês tradicional, que tende em separar as áreas privadas (para uso da família) das públicas (reservado às visitas), criando uma única funcionalidade para cada um dos espaços, com elementos decorativos personalizados no espaço privado contrapondo com os estereotipados no público; segue-se o modelo popular que apresenta limitações no espaço devido a um menor poder económico por parte das famílias, sendo, de igual modo, separado o espaço privado do público, embora reduzindo a sua mono funcionalidade, uma vez que verifica a diminuição

⁸Maria Vittoria Giuliani - investigadora de profissão, no qual o seu trabalho abordava a questão das necessidades dos usuários residenciais e satisfação ao longo da vida e o conceito de apego ao lugar e consequências psicológicas da mobilidade.

de espaço, a utilização do espaço dirigido para as visitas também, para satisfazer as necessidades quotidianas da família; por fim, a autora identificou o modelo moderno, que rejeita a dicotomia do espaço público-privado, sendo constituído de espaços amplos e multifuncionais, ausência de espaços de transição como halls e corredores, e possuem ainda uma decoração personalizada em todos os espaços, demonstrando uma marca individual das classes mais altas.

Após esta análise e distinção de modelos, outros autores utilizaram posteriormente estes como padrão de referência (Freitas, 1998).

Posteriormente Després (1991), identifica quatro diferentes modelos sobre a relação da casa e a interpretação psicológica. O primeiro aborda a perspetiva psicanalítica que se refere ao “(...) desejo de agir sobre e modificar a moradia para expressar ideias e valores” acreditando que a casa é a questão mais importante da psique humana depois do corpo. No segundo modelo “(...) a casa é vista como preenchimento de uma hierarquia de necessidades humanas básicas importantes para o bem-estar psicológico.” O terceiro baseia-se na “(...) necessidade psicológica de privacidade, a casa como refúgio.” Finalmente o quarto modelo teórico defende a obtenção de reconhecimento e status social como uma necessidade psicológica. (Brandão & Heineck, 2003) ⁹

Porém, qualquer que seja a tipologia da habitação ou a tipologia familiar, é fundamental que tenha por base um sentido norteador que permita encontrar a definição de qualidade habitacional comum.

⁹Assim sendo, nas habitações que levaram mais em conta a satisfação e as exigências de uso dos seus habitantes, determinou-se que há um conjunto de atributos mínimos para identificar a sua qualidade e são eles: a adequação da casa à dimensão da família, a estrutura familiar e instalação do mobiliário; segurança e facilidade de circulação (principalmente para as crianças, idosos e deficientes); conforto térmico, acústico, luminosidade, insolação e vistas; salubridade (instalações sanitárias, ventilação, abastecimento de água, energia e saneamento); funcionalidade (de cada compartimento conforme as necessidades biológicas e de funcionamento da vida quotidiana); existência de espaços, no interior e no exterior, adequados aos diferentes tipos de arrumação; durabilidade dos materiais utilizados e manutenção da casa (Matos, 2001).

Este conceito de qualidade habitacional, bem como as preocupações que este aborda, acompanharam as evoluções técnicas, económicas, sociais e culturais, foram-se evoluindo e adaptando os parâmetros de avaliação, para a qualidade da habitação, respondessem às necessidades humanas e da vida quotidiana (Matos, 2001).

A qualidade habitacional nos parâmetros da habitação visa promover a satisfação de um conjunto de necessidades humanas, individuais e coletivas, e entende o habitar como o alojamento (habitação, residência, fogo e casa) e ainda a vizinhança (ambiente envolvente do alojamento com significado físico, social e funcional relativamente ao alojamento) (Cabrita, 1995). Então, para além da qualidade construtiva e do conforto interior, também é levado em consideração a qualidade do espaço marcado pela vivência coletiva. Quer-se com isto dizer que para que haja qualidade habitacional é necessário que um individuo sinta uma satisfação pessoal perante um determinado espaço, realizando deste modo uma sensação de conforto.

O conceito da qualidade arquitetónica leva em consideração a “adequação das características espaço-funcionais, socioculturais e estéticas da habitação e da sua envolvente às necessidades imediatas e previsíveis dos moradores, compatibilizando as necessidades individuais com as da sociedade, e incentivando a introdução ponderada de inovações que conduzam ao desenvolvimento” (Oliveira, 2000).

- Sobre o conforto

Segundo com o dicionário da língua portuguesa, o significado de conforto, refere-se à sensação de estar, o que torna, portanto, difícil de definir com exatidão o seu sentido, visto que, tal como referido anteriormente, varia conforme o meio cultural e com o próprio indivíduo. Contudo, entende-se que, os seus sinónimos são comodidade e alívio, portanto, se por um lado a relacionamos conforto e alívio a um carácter mais físico, por outro, a relação conforto e comodidade está associada a algo mais subjetivo.

Através de uma análise elaborada por Rybczynski¹⁰ (1986) e Schmid¹¹ (2005), que teve como foco principal estudar o significado do conforto no ambiente construído, estes dois autores, concluíram que são vários os elementos que compõem o sentido da palavra conforto e são organizados em aspetos físicos e subjetivos, sociocultural e ambiental. Segundo Rybczynski e Schmid, o primeiro aponta para as necessidades físicas dos mecanismos corporais do ser humano, como o metabolismo, contrapondo com o segundo, que é o contexto psicoespiritual, ligado ao plano espiritual, como crenças e uma consciência de si (o que pode ser exemplificado pelo conforto encontrado na religião). O contexto sociocultural está associado às relações familiares e sociais, bem como às tradições e rituais, como o apoio da família. Por fim, o contexto ambiental refere-se ao que acontece de forma autónoma do ser humano – temperatura, som, odor, paisagem, entre outros, como por exemplo a adequação das adaptações ambientais a fim de minimizar odores, ruídos e a disposição de mobiliário confortável (Silva & Santos, 2012).

É necessário relembrar que a casa, é considerada um lugar de permanência, que assegura ao indivíduo estabilidade, tanto física como psicológica (intimidade, privacidade, refúgio e abrigo). Desde os primórdios da civilização que, o Homem experimenta a necessidade de proteção, e de ter um espaço próprio para sua própria sobrevivência. Essas necessidades básicas eram, satisfeitas pelo conceito de casa, enquanto representação de habitat e da essência do Homem. Ao longo dos tempos, a maneira do Homem entender, construir e habitar foi-se necessariamente alterando pelos hábitos, necessidades e formas de pensar do mesmo.

Para Rybczynski (1986) o conforto, indica algo mais do que a procura pelo bem-estar, ou seja, para o autor, interessa entender que “a construção da ideia de

¹⁰Rybczynski - arquiteto, professor e escritor foi responsável por diversos artigos e trabalhos acerca dos temas da habitação, arquitetura e tecnologia.

¹¹Schmid - professor, investigador e consultor na matéria relacionada com o conforto ambiental e acústico.

conforto aplicada à moradia deu-se de acordo com a evolução das aspirações subjetivas de seus ocupantes: primeiro, a busca pela segurança contra estranhos e intempéries; depois pela privacidade; seguida pela domesticidade, tornando este abrigo num lar; conforto ambiental e eficiência foram reconhecidos posteriormente; e por fim, foi valorizada a beleza, por meio do estilo e da austeridade” (Silva & Santos, 2012).

Mas não só de características físicas se caracteriza o conforto. O artigo científico “O significado do conforto no ambiente residencial”, elaborado por Helga Santos da Silva e Mauro César de Oliveira Santos, defende que a casa propicia refúgio físico e psicológico (Botton, 2007 em Silva & Santos, 2012). Assim, no contexto subjetivo a noção de conforto torna-se tão essencial como o contexto físico.

Lisa Taylor (1998) afirma que "para a maioria de nós, (...) a existência de uma habitação permanente, onde nos possamos enraizar é tanto uma componente necessária de segurança física, como uma expressão psicológica muito significativa de quem nós somos".

Para Rybczynski (1986) defende que a “palavra ‘home’ (lar) reuniu os significados de casa e família, moradia e abrigo, de propriedade e afeição”.

O dicionário de língua portuguesa relaciona “lar” com o espaço habitacional familiar – “casa”. Remete ao “aconchego, à reunião da família e às lembranças (memórias contidas no lar)” (Silva & Santos, 2012).

Conforto é entendido como uma “marca territorial, o que nos é familiar” (Silva & Santos, 2012) composto por objetos do dia-a-dia que fazem parte de um caos organizado, e assim, a palavra ‘moradia’ ganha uma interpretação diferente associa-se à imagem de um “abrigo familiar, seguro por comportar relações de pessoas tão próximas, que estabelecem redes de amparo e confiança” (Silva & Santos, 2012). Deste modo, o lar guarda uma identidade, todas as coisas que nos fazem sentir em casa, tudo o que nos é querido, as lembranças, por vezes simples conversas, ou até mesmo o cheiro que nos marca e que nos fazem diferenciar a nossa casa das construções residenciais alheias, guardando assim a nossa própria história.

Para Rybczynski (1986) a nostalgia é o “(...) desejo de se estabelecer referências no passado, como uma alternativa a um mundo com mudanças rápidas e constantes. E a casa aí é um abrigo, um espaço controlado, onde relíquias podem ser guardadas, onde se pode reencontrar em lembranças e objetos o alívio de algum mal passageiro” (Silva & Santos, 2012).

A casa é cada vez mais vista como um organismo vivo, mutável, que pretende responder às exigências, necessidades, inquietações e desejos dos seus habitantes, adaptando-se aos diferentes estilos de vida, passando nos dias de hoje a algo mais tecnológico. Desta forma, considera-se que “(...) o desafio mais importante é (...) a procura de uma estratégia que (...) visa considerar a habitação como um organismo passível de transformações e contínuas adaptações em função de uma fácil adequação a novas configurações e emergentes necessidades” (Milano, 2009).

Na mesma linha de pensamento, Fischer (1994) defende que o uso que fazemos do espaço, representa a definição de território: este é delimitado por um espaço físico, organizado em função de uma atividade, que posteriormente, aceita uma pessoa (ou um grupo). “Traduz por uma configuração particular de acordo com as funções que acolhe, e determina um estilo de ocupação do espaço para aqueles que lá se encontram” (Fischer, 1994). Por outras palavras, Fischer (1994), através de elementos socioculturais, abordar a temática espacial, referindo que o território é, portanto, uma delimitação do espaço por um indivíduo, feita através de objetos ou limites, que são considerados pelo autor como fronteiras, podendo estas ser materiais ou simbólicas.

Assim, o processo de apropriação é, segundo Fischer (1994), uma ação e intervenção associada a um espaço, cujo objetivo é a personalização do mesmo baseado em sistemas de influência, originando relações de posse. Então, relativamente ao território existe um mecanismo de apropriação por parte de um indivíduo ou grupo.

O autor continua afirmando que “apropriação se realiza melhor quando um ambiente é projetado não apenas para atender a uma atividade específica, mas

para possibilitar a inserção de outras atividades. Com isso, a flexibilidade é um importante fator para a garantia da apropriação” (Silva & Santos, 2012).

Ao estudar a sociedade atual, verificam-se diferenças condicionantes aos vários espaços habitacionais; isto é, as diferentes tipologias familiares têm necessidades diferentes e, portanto, vivem e experienciam o espaço de formas diferentes.

Por exemplo, vendo diferentes tipologias familiares, percebemos que existem casais mais jovens e mais idosos, casais divorciados, com e sem filhos, famílias de gerações distintas que moram na mesma habitação. Consoante a geração existe uma necessidade de privacidade ou isolamento; como por exemplo, o caso do adolescente que necessita de uma área dedicada apenas ao estudo; ou mesmo a região da cozinha, onde para além de cozinhar, pode servir de espaço para refeições, ou ainda, a sala de estar que pode ter em simultâneo a sala de jantar.

Cada vez mais, é importante considerar outras soluções além das frequentemente destinadas à família nuclear, adotando soluções espaciais que permitam diferentes formas de utilização e que se possam modificar ao longo do tempo (Paiva et al., 2006). A reforçar esta ideia, está a revista Antac – Ambiente Construído, sugerindo que a casa se processa ao longo do tempo e que as vidas pessoais de cada um influenciam as experiências vividas nas habitações, transformando as moradias que são apenas construções com ambientes neutros em lar, no âmbito do dia-a-dia (Brandão& Heineck, 2003).

Lawrence (1990) expressa que a habitação significa muito mais que um território e acrescenta que “a saúde e o bem-estar das pessoas, como atitudes humanas e valores, são relativos e mutáveis”, ou seja, o significado de habitação, lar e casa, diverge consoante a pessoa, grupos sociais e culturas (Brandão& Heineck, 2003).

A necessidade natural do ser humano em marcar a sua diferença, procurando por uma diversidade habitacional, que o leve a realizar modificações na sua própria casa, defendendo, ainda, atributos como a flexibilidade e

adaptabilidade, devem-se aos vários significados da habitação, do morar bem como dimensões culturais, sociais e psicológicas (Brandão& Heineck, 2003).

- Sobre a flexibilidade

Galferti (1997 em Brandão& Heineck, 2003) afirma que “flexibilidade é o grau de liberdade que torna possível a diversidade de modos de vida” sendo esta um dos objetivos da modernidade.

A forma tradicional de se projetar é o reflexo do início do século XX, que tende nos dias de hoje, a dificultar a criação de soluções alternativas e criativas; como tal, a falta de flexibilidade resulta muitas vezes na demolição parcial ou total de muitos dos edifícios habitacionais.

Considerando o elevado número de edifícios habitacionais deteriorados, em ruínas e abandonados, presente em várias zonas antigas da cidade preocupam os habitantes da sociedade contemporânea visto serem espaços propícios a serem invadidos por parte de sem abrigos e toxicodependentes, o que contribui para uma sensação visual desprezável e desoladora.

A consciencialização do esgotamento de recursos determinou a reabilitação de edifícios habitacionais de longos anos, fazendo desta ideia uma alternativa sustentável ao contrário da construção de raiz, adaptando-se estes edifícios antigos às novas exigências (Milano, 2009).

Maioritariamente as habitações não são pensadas de forma criativa, o que leva a projetos inflexíveis e desinteressantes, sem grandes preocupações quanto à variedade de padrões e aos diversos modos de vida. Deste modo, vê-se a flexibilidade como uma forma de satisfazer a necessidade do habitante.

Para Koolhaas (1995), “(...) a flexibilidade não é a antecipação exaustiva de todas as modificações possíveis. Muitas alterações são imprevisíveis (...). A flexibilidade é a criação de uma capacidade de ampla margem que permita diferentes e mesmo opostas interpretações e usos”. Os espaços habitacionais que permitem uma maior polivalência e mutação estão diretamente relacionados

com o conceito da flexibilidade, conseguindo, deste modo, responder à consequente modificação da sociedade e do homem, permitindo uma maior apropriação do espaço doméstico.

“(…) Uma casa é um conjunto de movimentos (…) acho mais simpático as casas que deixam um grau de liberdade ao utilizador, onde me esqueço que estou dentro de uma casa. É evidente que é a diferença entre viver numa casa, e viver uma casa” (Tavares et al., 2010). Assim, os projetos habitacionais devem ter flexibilidade para se mutarem e adaptarem a quem os vais habitar. O autor acredita que assim o sujeito apropria-se de melhor e mais rápida maneira ao espaço.

Uma habitação polivalente implica poder alterar os usos dentro dela, ocupando-a de diversas formas, atribuindo-lhe variadas funções, compreende, ainda, espaços onde “se pode trabalhar, descansar ou dormir em qualquer quarto, pois cada quarto excita a imaginação do morador para que ele o use da maneira que quiser” (Brandão & Heineck, 2003). Comentam, ainda, que “uma habitação é considerada polivalente ou evolutiva quando, dada a maneira como foram concebidos os seus espaços, permite alterar os usos dentro dela, ocupá-la de maneiras variadas, distribuindo as funções diferentemente” (Brandão & Heineck, 2003).

A tendência do *home office*, integrado nas habitações, representa a importância da flexibilidade. As atividades desenvolvidas quer nos escritórios quer em casa, deixaram de ser diferenciadas, originando uma mudança nos padrões de trabalho, associada ao acelerado desenvolvimento tecnológico, principalmente na área da informática e de comunicação (Gann & Barlow, 1996).

“Os usuários desejam um maior grau de flexibilidade, que se relaciona, principalmente, à possibilidade de trocar o uso de algumas peças, de remover ou adicionar paredes divisórias e, assim, alterar o layout interno, e adicionar ou remover espaços ou peças” (Dluhosch, 1973 em Cabrita, 1995).

A solução encontrada para este problema por Joan Villà, sugere a descompartimentação do fogo habitacional, diminuindo o número de espaços com

funções específicas e dando lugar a espaços com um objetivo multifuncional, aplicando o conceito da flexibilidade.

A casa, ligada ao conceito tradicional de abrigo e refúgio, associada à sua configuração arquitetônica (dividida em espaços formais e funcionais) vê, nos últimos tempos o seu perímetro concetual a estender-se a novas apropriações e estilos de vida; por exemplo, neste espaço privado acoplam-se espaços de trabalho.

Segundo o autor Gustau Gili Galfetti (1999), a habitação, primeiro que tudo, é o abrigo do homem, “o local onde o habitante situa a sua vida para a criação de um lar.” Cita também que “o habitante, são ou louco, é quem há-de definir a sua própria vida dentro de casa, a fim de aí formar um lar. Na criação de construção de qualquer espaço doméstico (...) devemos realçar que o objectivo, a essência final de toda a orquestração de experiências e esforço é o futuro habitante. Porém, o habitante é não apenas o destinatário final, mas também, e acima de tudo, aquele que tomará posse da casa, manipulando-a e utilizando-a, por forma a adequá-la ao seu modo de vida e a dotar de significado” (Galfetti, 1999).

4.2 A Tipologia do Loft

4.2.1 Origens, definição e atualidade

a) Origem

O conceito *loft* surgiu em Nova Iorque, em 1950, quando grandes espaços industriais passaram a ser procurados por artistas para construírem os seus *ateliers*. As suas características como os espaços amplos foram uma grande motivação, as suas características originais. Terá sido nos finais da década de 60 e inícios da de 70 que, “(...) como consequência da emergente valorização da arte” (Zukin, 1990) ter-se-á dado o auge do surgimento, nas localidades de Soho e Tribeca (Manhatan), que correspondia à zona mais antiga da ilha, onde permanecia a área industrial, quando devido à queda da bolsa de valores,

imensas fábricas foram à falência e, conseqüentemente, os seus edifícios foram vendidos a preços irrisórios (Portes e Martins, 2003).

Nesta altura, os primeiros *lofts* encontravam-se ligados a um modo de vida boémio e descontraído, tendo sido a própria geração americana, a associar este estilo de vida a uma nova forma de habitar. Conseqüentemente, estes locais foram convertidos também como áreas residenciais “devido às fortes ligações com o trabalho e às poucas exigências em termos de espaço doméstico.”

b) Definição

Andy Warhol¹², foi o grande expoente da Pop Arte e o autor do “*The Factory*”. Este é considerado o *loft* mais ilustre de todos os tempos após o artista ter modificado o espaço por completo, sendo o objetivo do mesmo fundir o seu trabalho de artista criativo com a arte de viver. Note-se que Andy Warhol apropriou-se de um armazém industrial (antiga fábrica de chapéus) e utilizou este espaço para criar as suas obras, onde também acabou por viver e socializar, convertendo este num local de trabalho e espaço para festas.

No livro “A boa vida: visita guiada às casas da modernidade”, de Iñaki Abalos (2012), o autor apresenta este projeto do *loft* The Factory, como uma ideia



Figura 8 e 9 – The Factory com o artista Andy Warhol (Marcius, 2012 e Erika Lee, 2010)

¹²Andy Warhol foi um artista Americano que se tornou numa figura marcante para o movimento artístico Pop Art.

que divulgava a “(...) transformação da vida quotidiana, a busca de uma arte de viver que se confundisse com o próprio trabalho criativo, o abandono da ideia de família como projeto vital”.

Esta apropriação de edifícios fabris, surgiu especialmente porque os artistas procuravam locais espaçosos e vazios, então a solução encontrada foi a transformação das mesmas em *lofts* - uma vez que não eram vistos como uma oportunidade de mercado e serviam as suas necessidades, pois, a obtenção dos armazéns industriais, tornava possível a conjugação da habitação com o espaço de trabalho. Assim a reabilitação feita por estes, possibilitava alterações que punham à prova a criatividade pessoal (Pereira, 2012).

Devido a problemas económicos, as indústrias que fechavam portas e viam-se, então, obrigadas a alugar os seus espaços a preços acessíveis, fazendo com que pessoas interessadas tirassem aproveitamento destes edifícios devolutos e espaçosos, por toda a cidade de Nova Iorque.

Consequentemente, estes armazéns abandonados, que se encontravam numa zona central mas economicamente desvalorizada, onde os artistas norte americanos se estabelecem para trabalhar e viver após intervirem no espaço. Aqui os artistas empregam ao máximo a sua criatividade, “pois todas as opções são possíveis: apropriar-se deste volume de ar é a essência da forma de habitar” (Ábalos, 2003). Assim, o *loft* surge, como um espaço que engloba a vida mais pessoal e laboral do sujeito que o habita, garantindo ao mesmo uma experiência que é apenas conseguida neste tipo de habitação e que se reflete no estilo de vida do mesmo – ou seja, a vida quotidiana liga-se à vida criativa, com a máxima intimidade.

Este estilo de vida iniciou uma nova “técnica de habitar: a apropriação de um espaço industrial neutro, o *loft*” (Abalos, 2012), onde todas as vontades do habitante eram possíveis, desde a necessidade de realização de novas obras nesse espaço, como o desejo de torna-lo na sua casa e habitá-lo.

Estes *lofts* são essencialmente caracterizados pelos altíssimos pés direitos, vãos grandes, tubagens à vista, grandes elevadores de carga e inexistência de paredes divisórias (salvo exceções para instalações sanitárias), o que permite

maior flexibilidade e adaptabilidade em espaços amplos, transmitindo uma sensação de liberdade e assim, possibilitando a organização do ambiente consoante o programa em causa. A apropriação de todo o espaço industrial possibilita uma combinação infundável de espaços, onde a separação das áreas é feita através do mobiliário e por vezes pelo uso de *mezzanines*, substituindo o objetivo inicial das paredes.

Quanto à sua tipologia, são caracterizados pelos seus geralmente abertos e grandes vãos, altos pés direitos, bem como a luminosidade assegurada pelas grandes janelas, conferem a este tipo de espaço, o *atelier* ideal no centro.

c) Atualmente

Em todo o mundo, cidades como Nova Iorque, Londres e Paris, valorizam a preservação de edifícios antigos, defendem que o *loft* faz parte de um movimento que procura o reconhecimento da herança arquitetónica de cada cidade. Deste modo, optam, por não demolir as construções antigas, com o intuito de preservá-las e recicla-las, transformando-as em *lofts* (Portes & Martins, 2003).

São, portanto, os *lofts* a reconversão de espaços industriais - como armazéns, fábricas, centrais elétricas, entre outros, “geralmente datados do final do século XIX e situados num lugar central economicamente decadente” (Abalos, 2012) - em espaços habitacionais ou de trabalho, mantendo características do seu espaço físico original. Deste modo, além de se criar espaço novo é feita ao mesmo tempo uma “reciclagem” ao edifício.

Atualmente, muitos dos *lofts* são edifícios construídos de raiz, que diferem muito dos originais, tendo apenas em comum o alto pé direito e os *mezzanines*, tornando-se assim num contrassenso, pois não se aproveitarem as antigas estruturas industriais.

4.2.2 Reabilitação de edifícios industriais e o Loft Living

Quando se define um *loft* é preciso compreender que se trata de um local onde se encaixam “duas realidades totalmente distintas” – lado laboral vs vida habitacional. Primeiramente as áreas industriais, são espaços práticos para a criação do *loft*, mantendo as suas características abstraindo-se da sua futura função; em seguida, o lado habitacional, que tem de se integrar no antigo espaço industrial, além de ser capaz de resolver todas as questões relacionadas com o contexto doméstico, apresentando-se como a nova identidade do local. É importante a conciliação entre as duas vertentes de modo a equilibra-las, prezando tanto o seu passado como a sua nova função, dada através de novos elementos que se aliam à antiga estrutura. É esta união que permite a criação de um ambiente doméstico singular, originando uma nova realidade, o *loft*.

Para além de um lugar invulgar, o *loft* ganhou igualmente a perceção de um novo estilo de vida: o *loft living* - tem por base um modo de vida singular, normalmente associado aos artistas, apesar de, presentemente, ser visto mais como uma tipologia habitacional moderna e diferente, destinada sobretudo a pessoas de estatuto social elevado. Trata-se de um estilo de vida que balança entre a vida urbana e moderna; o privado e público; e que permite a alteração constante do espaço físico da habitação.

Ao observar-se a sociedade atual, existem dois grupos que se revêem num *loft*: “Aqueles que defendem a recuperação do património” e os que “procuram ter um modo de vida diferente das outras pela individualidade” (Martins, 2009).

O reaproveitamento de velhos edifícios, onde o património é respeitado, transportando-os para a contemporaneidade, havendo, em grosso modo, diferenças das casas tradicionais, além de, responder às necessidades dos seus moradores. Isto prende-se com o facto de na atualidade existir uma necessidade em adaptar o ambiente citadino e urbano ao ritmo e exigência da nossa vida diária, sem fugir às nossas características, conseguindo ainda modernizar a paisagem urbana.

4.2.3 Público-alvo do Loft

Importa entender, para o desenvolvimento de projetos de *lofts*, qual o seu público-alvo, ou seja, quem se identifica com estes espaços habitacionais e quem pretende habitá-los. Assim, estabelecendo uma associação com a personagem com características comuns à maior parte dos habitantes deste tipo de habitações, com o intuito de atingir a reação de desejo por parte dos semelhantes que estejam, ou possam vir a estar, interessados em habitar um loft.

É, também, interessante compreender se as pessoas que procuram *lofts* para viver nos dias de hoje, se se revêm nos ideais dos artistas que terão começado por procurar este local para trabalhar, e que a este juntaram a vertente habitação.

Assim, após a revisão bibliografia, podemos admitir que inerentes a este modo de vida – *loft living* – encontram-se indivíduos que se sentem atraídos pelos *lofts* por estarem associados a ambientes, onde artistas descobriram uma nova forma de viver com a arte durante o século passado, e ainda, encontrar um equilíbrio entre esta realidade com elementos contemporâneos como a modernidade e liberdade, no meio de ambientes urbanos.

Interessa saber que, o indivíduo que atualmente procura um *loft* para viver, tem como principal objetivo encontrar um espaço incomum e especial para trabalhar e/ou morar, onde seja possível transformar o espaço para algo mais pessoal.

Como referido, estes espaços iniciaram-se com artistas que procuravam antigos edifícios industriais desativados no centro da cidade, ao sentirem necessidade de espaços amplos que servissem tanto de ateliers, para trabalharem as suas obras, como de casa, incentivados pela necessidade dos artistas da época, já que ainda não existia o conceito de loft. Apesar da sua origem na sociedade moderna, estes espaços passaram a ser vistos como áreas de habitar destinada à elite, aumentando o preço dos imóveis propícios a *lofts*, tornando-se hoje em locais exclusivos e luxuosos. Esta mudança de perceção deste tipo de atelier/habitação deveu-se a artistas como Warhol (que popularizou

e iniciou este conceito), até Madonna, o filho do presidente americano, John F. Kennedy, bem como ter sido cenário para filmes e séries, este conceito de habitação popularizou-se separando-se do seu público original.

Ao contrário dessa época, os artistas de hoje vivem, em casas tradicionais, onde as paredes tornam evidentes os distintos espaços da casa, e têm, na maioria das vezes, os seus atelieres em locais separados do espaço habitacional.

Os adeptos dispostos a permanecer em *lofts*, vêm vantagens neste tipo de habitação com a sua localização (que por norma se encontra no centro da cidade), as características peculiares oferecidas por estas habitações, e por descenderem de um edifício industrial com um passado (noção de património).

Nos tempos que correm, o público que se identifica e se interessa por este tipo de espaços, são pessoas de qualquer profissão e não só do meio artístico; adaptando-se a este modo de vida usando a criatividade para decorar o espaço, e naturalmente, devido à variedade de profissões e às novas tecnologias, tornam possível a fusão da vida pessoal com a vida profissional no mesmo espaço físico. As áreas e dimensões maiores, além de darem uma maior flexibilidade aos seus moradores, possibilita a distinção da área por zonas, que habitam num equilíbrio harmonioso dentro do mesmo espaço, sem tirarem protagonismo e função às várias áreas.

Pode-se considerar ainda, que o tamanho dos agregados familiares contemporâneos também terá tido uma grande importância na decisão de habitar num *loft*. Ao contrário do que se passava antigamente, as famílias tornaram-se mais pequenas e cada vez mais informais, ganhando mais liberdade e permitindo que a falta de hierarquia possibilitasse a coabitação dos indivíduos nas diferentes zonas da casa.

Fazendo um retrocesso no tempo, para a época anterior á burguesia (Pré-século XIX), verificou-se que, nessa altura as famílias eram frequentemente numerosas, e partilhavam as mesmas divisões da casa (até mesmo com os empregados), algo que terá começado a mudar no início do século XIX, onde a burguesia, implementou que cada membro familiar passaria a ter direito ao seu próprio quarto. O *loft* é, de certo modo, o regresso ao passado, pois, contem um

espaço maioritariamente comum, para quem o habita, sendo que preserva a privacidade de cada um, e oferece melhores condições (a nível higiénico e sanitário) que as construções da altura.

Já nos tempos atuais, assiste-se à redução do número de membros familiares, e embora, seja possível encontrar agregados familiares com mais de quatro membros, é mais frequentemente encontrar pessoas solteiras ou casais sem filhos, devido à capacidade financeira ou a necessidade de viver a vida sem a responsabilidade de criar um filho. A socióloga Sharon Zukin (1990) defende que “os *lofts* são predominantemente casas destinado a indivíduos solteiros ou para casais sem filhos”.

Arlindo Cunha consta¹³, que existe nos dias de hoje, essencialmente jovens de classe média, procuram por habitações apesar da pouca oferta. Porém, Pierluigi Nicolini¹⁴ sugere que os jovens, entre os 25 e 35 anos, vêm as suas necessidades serem completas, ao se depararem apenas com locais vazios com água, luz e gás, uma vez que o resto é construído ao longo do tempo pelo sujeito, fazendo da casa, a sua casa, sendo este, um local com o qual se identificam, sendo por norma semelhante ao conceito de um *loft*.

Qualquer que seja a razão, por estar localizada no centro da cidade ou ter características que se diferenciam das casas comuns, ou até porque se trata de uma reabilitação do passado, são hoje muitos os adeptos dos *loft* com vontade de o viver.

Além deste fatores, como referido, o *loft* converteu-se numa habitação de luxo, apesar de ser o oposto da sua origem (onde espaços semelhantes tinham a vantagem de serem alugados a preços baixos, exatamente por serem aproveitamentos de antigos edifícios industriais, abandonados, na qual só se interessava um reduzido público) e foi, com a criação de um novo nicho de mercado, que provocou o aumento de preços e levou a que apenas a classe

¹³Arlindo Cunha é economista, professor da Universidade Católica no Porto e político português.

¹⁴Pierluigi Nicolini é arquiteto, atualmente presidente da comissão paisagística da cidade de Milão.

social mais elevada ganhasse poder de compra sobre este tipo de espaços. Como resultado dos preços elevados do mercado, encontrou-se como solução o aluguer destes espaços, podendo-se abranger um público-alvo maior. Deste modo, embora passe a ser visto como uma “habitação temporária”, será uma oportunidade para a população que deseja viver num *loft* e se encontre num estado como o das “pessoas que vivem sozinhas – pré-casamento e formação de família, ou pós-divórcio – para pessoas que se encontrem deslocadas da sua cidade de origem”, já que os preços de aluguer serão mais acessíveis do que o preço de venda, originando por consequência uma maior procura e/ou uma maior oferta, estimulando a reconversão dos edifícios industriais em *lofts*, geralmente localizados em zonas privilegiadas da cidade.

4.2.4 Espaço Público vs Espaço Privado

Em oposição às casas ditas tradicionais, onde cada divisão é compartimentada e devidamente isolada das que arodeiam, encontra-se o *loft*, que tende a reduzir a necessidade de privacidade ao máximo. Sem segredos, dá a conhecer o seu interior, sem restringir, aparentemente, os vários espaços da casa, expondo tanto o lado privado, como a vertente mais pública do seu habitante, o que dá a conhecer a sua intimidade, a todos os que por lá passam, ou vivam. Porém, este não se trata apenas de um local onde o privado e o público se unem, pois, embora isso aconteça, há inevitavelmente a necessidade de organizar o espaço dedicado á casa e o de trabalho em zonas distintas, independentemente da área que cada uma ocupa. Uma das características do *loft* que mais agrada os seus ocupantes, é a flexibilidade espacial, ou seja, a facilidade com que se é possível moldar o espaço, modificar as funções de cada zona, sendo tudo provisório e flexível, o que leva à eliminação de qualquer tipo de rigidez comportamental, fazendo com que os habitantes que se apropriem da casa, possam trabalhar conforme as suas necessidades e ganham maior liberdade, tanto física como emocional.

Contudo, nem sempre se trata de uma vantagem, conseguir manter seguro o lado privado quando a intimidade do habitante fica no limite da área profissional é um desafio, e não é certa, a total separação destes dois mundos. Na possibilidade de um familiar, amigo ou cliente entrar no *loft*, põem-se em causa, o facto de este estar a entrar na vida pública mas a invadir a vida privada do habitante. Assim, a linha ténue que divide ambos ambientes, oferece uma maior facilidade ao indivíduo de ganhar mais intimidade com todos o que entram num *loft* (quer estes sejam pessoas do exterior ou os próprios habitantes), já que ao entrarem neste espaço, as pessoas têm inevitavelmente visibilidade a todos os cantos da casa.

Tal como acontecia com *The Factory*, onde Andy Warhol morava, trabalhava e socializava, também nos *lofts* o preconceito não é consentido, pois, trata-se de um “lugar que se institui como uma casa aberta intensamente frequentada, um lugar ao mesmo tempo da festa e do trabalho (...), que nega a si mesmo a exclusão, a marginalização”(Ábalos, 2012), ou seja, é um local que embora esteja pensado maioritariamente para ser habitado por uma ou duas pessoas, sendo estes normalmente os solteiros ou casais, trás consigo sempre a possibilidade de ter constantemente a casa “cheia”. Por outras palavras, pode-se concluir que este está direccionado para alguém que mora sozinho e não para quem é necessariamente solitário.

4.3 O Papel da Reconversão e Habitação

É determinante perceber qual ‘o papel importante destas novas habitações e o enquadramento na requalificação das nossas cidades’.

Falando especificamente sobre o *loft*, pretende oferecer novas funções aos edifícios obsoletos, situados nas áreas urbanas. Assim, este espaço recebe duas funções: habitação e local de trabalho. Desta forma, as pessoas permanecerem nas zonas urbanas em crise, o que origina uma nova afluência de população em zonas mais desertificadas. Conforme a autora Luísa Martins (2009) afirma, o grande objetivo do *loft* nas cidades é: " (...) revivificar zonas que estão atualmente

em queda, física, funcional, urbana e emocionalmente, a partir das funcionalidades que propicia nestes edifícios “novos”, mas de presença já fundada nas cidades.”

Embora as cidades necessitem de complexos culturais, comerciais e de escritórios, que acabam por ter uma grande importância, pois atraem pessoas para estas zonas, situadas em zonas decadentes ou abandonadas, é importante perceber que não têm uma persuasão tão eficaz como a própria habitação, uma vez que estes complexos revivificam a cidade em períodos de tempo e em espaços limitados.

Segundo a socióloga, “A revalorização dos (edifícios) industriais reflete também um interesse mais profundo pelo espaço e pelo tempo. A sensação que a grande era industrial tenha acabado envolve máquinas e fábricas do passado numa aura de melancolia. Decerto, sentimentos similares podem nascer no fim de uma época ou quando se verifica a perda de funções” (Zukin, 1990)..Quer isto dizer que, é precisamente quando se chega ao fim de alguma situação que, de um modo geral, o indivíduo se depara com a falta dela, sendo, por isso, fulcral recuperar estes edifícios antigos, oferecendo-lhes uma nova funcionalidade que esteja adequada aos novos tempos, recuperando toda a envolvente urbana em que os mesmos se localizam.

Todo este processo vai de encontro ao interesse de um grupo de pessoas que pretendem encontrar novos tipos de habitação, na tentativa de “fugir à sistematização da arquitetura doméstica, a qual sempre evolui de acordo com o tempo”(Martins, 2009).Para tal, importa entender que a reabilitação é uma questão urgente mas que, precisa em simultâneo da capacidade de inovar na criação de habitações, em zonas urbanas, por forma a dinamizar e a obter um leque maior de tipologias habitacionais para a população interessada, já que a mesma dá cada vez mais importância a esse aspeto no momento de escolher uma casa.

Atualmente, as habitações vão-se progressivamente afastando do centro da cidade, uma vez que, estes vão ficando cada vez mais lotados. É de salientar

ainda que na periferia encontram-se habitações mais baratas e com melhores condições físicas, isto é, mais atrativas.

No entanto, são os fatores estruturais característicos destas habitações, como as áreas de maior dimensão, a luz e o espaço aberto (difíceis de encontrar no centro da cidade), que fazem do *loft* a solução ideal para o *target* anterior mencionado e que busca essas mesmas características, e ainda um acesso mais facilitado ao centro da cidade, uma vez que, é aqui que se localiza todo o ‘centro cosmos existencial’.

Estas habitações devem promover zonas menos procuradas, ou seja, as zonas mais antigas e degradadas da cidade, bem como as zonas da periferia, com o objetivo de as tornar mais atrativas, ganhando mais interesse por parte da população para habitá-las.

Estas iniciativas são vantajosas tanto para o habitante como para a própria cidade em si, se por um lado morar no centro da cidade facilita a qualidade da vida social, cultural e urbana, por outro, o aumento do número de habitações na periferia e conseqüentemente da população, aumentando o acesso aos serviços públicos e transportes para a periferia.

Com o *loft* existe a possibilidade de se optar entre viver no centro ou na periferia ficando sempre a ganhar e dando a hipótese ao indivíduo de fazer a escolha que mais lhe convém.

É primordial que o *loft* seja visto como uma alternativa na reconversão de um edifício industrial, dando-lhe uma nova reutilização que se afaste das tradicionais sugestões.

4.3.1 Caso de Estudo

A reconversão de edifícios industriais em *lofts* é, hoje em dia, algo difícil de encontrar em Portugal. Embora o conceito de “*open space*”, com alto pé direito e *mezzanine* esteja já presente em algumas habitações portuguesas, note-se que o

seu processo, e toda a estrutura inerente e exclusiva do *loft* – que implica a seleção e recuperação de um edifício industrial devoluto em habitação – é bem mais complicado de acontecer e encontrar.

“No *loft*, existe a conjugação de duas realidades totalmente distintas, em forma, em linguagem, em função e em escala como são a indústria e a habitação, sendo, por isso, necessário descontextualizá-las do seu ambiente habitual para uma melhor integração e convivência comum. Dessa forma, o industrial limita-se normalmente à forma e à envolvente, abstraindo-se da nova função que o vai ocupar; já a habitação ditará todo o contexto doméstico, tendo que ser capaz de exercer o seu papel de casa” (Catafesta, 2012).

A antiga fábrica de lâmpadas Lumiar e adquirida mais tarde pela Osmar, na Av. 24 de Julho, em Lisboa, foi um dos casos que ao invés de ter sido destruído, tal como muitas das antigas instalações fabris desta zona da cidade, foi recuperada e transformada em lofts – pela autoria dos arquitetos Raul Abreu e Miguel Varela Gomes, participando ainda o especialista em estruturas João Appleton – substituindo apartamentos com tradicionais assoalhadas por um único espaço aberto, tendo sido terminada esta obra em 2004, mantendo as suas características o máximo possível, como foi o caso das fachadas dos anos 20 do século passado. Neste exemplo encontramos um bom aproveitamento e adaptação do espaço, tornando este projeto uma solução positiva. Ainda que não se trate de uma construção arquitetónica interessante para a época, apresenta-se como um esforço no que respeita à nova utilização dos edifícios antigos, saindo-se, assim, da zona de conforto, pois é a primeira vez que este tipo de intervenção se realiza em Portugal - com o intuito de tornar um armazém desativado em habitação.

Este projeto não se trata do tipo de *loft* estudado anteriormente e considerado como o originário, em que se pode definir como espontâneo e improvisado, mas sim de um complexo imobiliário baseado nesse conceito, que contem as principais características formais do *loft*.



Em termos funcionais a antiga fábrica de lâmpadas Osmar está dividida em duas zonas: a do estacionamento localizado no piso térreo e a zona das quatro habitações onde se situam os *lofts* distribuídos ao longo de um corredor. Aqui expostas estão as vigas e as escadas metálicas, que se associam à sua origem através do seu aspeto ‘rude’ e em ‘bruto’.

Quanto à sua estrutura e tendo em consideração a idade do edifício, teve de ser reforçado a todos os níveis, para que pudesse responder às exigências que o programa habitacional trás consigo.

A reabilitação deste edifício pode ser vista como um incentivo a um novo futuro de edifícios industriais debilitados em Portugal. Apesar de não ser um tema muito desenvolvido por cá, é efetivamente uma hipótese de reconversão, que se pode pôr em prática por todo o país, visto que é um problema comum encontrar edifícios obsoletos.

É de salientar que nesta obra foi ressalvada a identidade do edifício mesmo após a sua alteração de uma antiga fábrica para uma habitação, “também a memória coletiva da cidade foi salvaguardada, ao dar uma nova vida a um edifício já intrínseco à malha urbana e à imagem daquela avenida, ainda com a mais-valia de perpetuar a presença de habitação no centro urbano” (Martins, 2009).

A ideia de habitação-*loft* vai surgindo na arquitetura doméstica, dando visibilidade às suas qualidades, no entanto, nem sempre é pensado para reutilizações de edifícios previamente industriais.

“A especialidade do *loft* pode ser entendida como o vazio total onde se vive espontaneamente, mas também com uma nova hipótese de repensar a tipologia

doméstica e (re)criar novos espaços, mesmo a partir de estruturas industriais” (Martins, 2009).

É essencial referir que a luz natural é fulcral nestes edifícios, uma vez que, não havendo divisórias interiores a luz não artificial pode não alcançar todo o espaço de habitação.

O que importa reter é essencialmente que habitações lofts deste tipo são alternativas nos dias que correm e apresentam noções diferentes de espaço e casa.



Figura 11 – Cité Radieuse (Paul Koslowski, 2013)

Foi de tal forma a repercussão deste período, que nos dias de hoje, são muitos os admiradores que julgam que o local de origem da tipologia loft terá tido início em Nova Iorque, desconhecendo a verdadeira origem urbana em França, na década de 50, projetado pelo arquiteto Le Corbusier¹⁵ com os apartamentos Cité Radieuse.

¹⁵Le Corbusier foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor considerado um dos mais importantes arquitetos do século XX, essencialmente conhecido pelo seu projeto Unité d'Habitation

Capítulo 5 – HOME OFFICE

Neste capítulo analisa-se o a união da casa com o *atelier* evidenciando a “casa enquanto lugar, o artista enquanto habitante e a obra de criação enquanto arte” (Silva, 2012).

Tal como já foi referido anteriormente, após a transição do século XIX para o século XX, quando os artistas em Nova Iorque se aventuraram a unir o local de habitação com o de trabalho criou-se uma nova tipologia – *studio apartment*– nascendo aqui um diferente modo de vida. Esta ideia foi tão inovadora para a altura, que se acabou por reproduzir em imensas vezes, tendo-se dado um nome ao local em que se realizara de SoHo, que viria a ser o centro da vida artística. Era este conjunto de edifícios que dava lugar a um espaço habitacional, coletivo e de estúdio. O *loft*, nascido nesta altura reinterpretou conceitos de individual e coletivo, e ainda de público e privado, merecendo destaque, também, neste capítulo.

Um exemplo deste espaço é a Factory de Andy Warhol, já abordado no ‘Capítulo 3 – Habitar’, onde, de uma antiga fábrica de chapéus, nasceu um *loft*. Warhol, modifica completamente o espaço, transformando na sua casa e na sua obra com objetivo de fundir o seu trabalho como artista criativo à arte de viver.

Os espaços realizados com base nesta ideia contrariavam de forma evidente os “esquemas funcionais da modernidade”, quer em termos espaciais quer em termos temporais, uma vez que a improvisação feita pelo residente interferia com toda a sua envolvente, modificando os espaços tanto privados como públicos que por sua vez ganhavam uma identidade renovada. O habitante deste espaço é caracterizado por demonstrar autoafirmação, necessidade por marcar a diferença quanto aos diretórios sociais pré-definidos e por expor a sua criatividade provocando “a transformação da vida quotidiana, a busca de uma arte de viver que se confundisse com o próprio acto criativo” (Àbalos, 2003).

Esta tipologia de projeto ambiciona uma dualidade de sentidos, por um lado construir um espaço que assegure a permanência, habitacional e laboral, e por outro, ter em consideração o artista que se integra e identifica o espaço como fonte da sua criação. É em ambiente privado que o indivíduo se apropria do espaço e faz desenvolver a sua criatividade.

Representado pela possibilidade de convívio o espaço *loft* já estudado, dá abertura para a sua criação e visibilidade ao seu habitat. Deste modo, assemelhasse a um local público, mais propriamente a uma galeria de arte, contribuindo para que os visitantes do mesmo criem laços de identidade com o espaço, levando à reflexão dos significados de público e privado. Deste modo, o *loft* quer, então, para além de se fazer entender como um espaço de habitar, fundir-se com o espaço de criação e lazer, propiciando um clima celebrativo e de performances. “Estas casas-oficinas permanecerão abertas a visitantes mais ou menos estáveis e à organização de festas e reuniões sociais” (Ábalos, 2003).

“A percepção da obra de arte enquanto algo que se reflecte no espaço que a envolve e que, simultânea e reciprocamente participa na construção deste, motivou novos olhares sobre o significado de arte, atelier e museu” (Silva, 2012).

O *loft* enquanto habitação “tem sido um lugar privilegiado na literatura, sendo desde sempre o suporte, o refúgio e a metáfora do acto criativo, como uma espécie de lugar onde tudo é possível (Sardo, 2010).

Na sequência deste assunto quer-se, agora, entender o significado da casa, espaço privado, enquanto potencial lugar de criação artística.

Em qualquer parte do mundo a casa representa centralidade, intimidade e abrigo, e é interpretada em relação ao exterior e ao público, como um local de afastamento e proteção. Para Sofia Silva (2012) a casa é pensada como se de um casulo se trata-se. Para ela “o seu papel continua a ser o de proteção, não do homem, mas da arte. Da arte, como resultado da gestação, da criação operada por esse homem. Uma casa que abrigue o homem e o acto criador desse homem. O casulo, como metamorfose poética, oferece refúgio ao processo criativo e acolhe essa criação. O binómio arte-habitar substancializar-se-á aí.

O espaço da casa enquanto *atelier* e o *atelier* enquanto casa possibilita a compreensão do contexto deste processo e interpretação do espaço onde o artista “vive, reflete, cria, trabalha e contempla” o desenvolvimento do seu trabalho. O envolvimento simultâneo entre o autor e o lugar apresenta-se como uma noção de familiaridade que se relaciona com os valores da vida quotidiana, onde o artista e a casa-atelier assumem uma cumplicidade em que a presença dos dois é o que o une (Silva, 2012).

O tema da casa que abriga o espaço de trabalho traduz a dicotomia entre o habitar e a arte, em que a casa é posta como um espaço de criação e conceção artística e, também, um refúgio que possibilita que a obra de arte se concretize. “Esta relação entre a casa-atelier enquanto lugar, o artista enquanto habitante e a obra de arte enquanto resultado, causa e consequência, remete para uma percepção de familiaridade e de domesticidade do objecto de arte permitindo uma grande proximidade entre o objecto produzido e a vida do criador” (Silva, 2012).

A casa-estúdio passa, então por compreender três conceitos importantes, são eles: o lugar, o habitar e a arte, reunindo a ideia de habitar, interação com o espaço que possibilita ao mesmo tempo criar.

Nos dias de hoje, pode-se considerar, na sociedade, a existência de sofisticação de horários de trabalho, funcionalidade, padrões e diversos de estilos de vida, destacando-se aqui os que tendem a conciliar trabalho e a vida familiar num só espaço, à qual a apropriação e adaptação de antigos espaços industriais em habitações.

A casa-atelier contém um formato/configuração que se assemelhe e cumpra com alguns dos requisitos de uma área de trabalho. Sofia Silva adianta, ainda, que é dever do arquiteto, fazer com que o espaço em termos de conforto e eficácia, luz e sombra, escala, materialidade, exposição, recolhimento e disponibilidade de equipamentos e dispositivos, entre outros, tenha condições para pôr em prática a criatividade e possuir um carácter de flexível, como uma “tela em branco” preparada para ser preenchida e apropriada. Um espaço pensado para proporcionar intervenções que permitam a criação da arte.

“Cabe ao projecto e à Arquitectura moderar estas duas formas de apropriação, num equilíbrio entre o privado e o íntimo da vida quotidiana e o público e colectivo da obra de arte, e o que ela implica na participação de um observador externo” (Silva, 2012).

5.1 Casos de estudo

- *Songzhuang Artist Residence*

Songzhuang é a maior e mais famosa comunidade de artistas, situada no distrito de Tong Zhou, em Pequim.

Após o auge do mercado de arte na China, verificou-se um aumento significativo da população de artistas na vila industrial de Songzhuang, que chegou a atingir cerca de quatro mil pessoas em 2008, - fator que resultou na procura e conseqüente construção de habitações que reunissem as necessidades dos artistas, como um local onde pudessem habitar e trabalhar em simultâneo.

Este edifício foi, então concebido, com o objetivo de abrigar artistas, para ali viverem, criarem e exporem as suas obras. Reunia-se a individualidade do artista com a coletividade da interação e cooperação entre artistas, contando, ainda, integrar os visitantes que percorriam os espaços ao ar livre destinados a várias atividades e performances artísticas.

Trata-se de um edifício complexo e coerente, organizado por vinte módulos habitacionais, inspirados nos antigos contentores empilhados ao ar livre, que se situavam, anteriormente, no mesmo terreno e que ficam de frente para um lago de peixes.

Este complexo reflete uma vida e um trabalho alternativo, uma vez que, os artistas vivem nos estúdios, - não necessariamente apenas para trabalhar, mas também conviver com os seus colegas artistas. Aqui, enquanto as zonas de habitação permanecem privadas, os ateliers são, em simultâneo, zonas de

trabalho, convívio e de exposições de arte. As exigências programáticas de trabalhar e viver definem a altura e geometria dos dois volumes que constituem cada unidade habitacional, são eles: a zona de estúdio, com um volume retangular e uma altura de seis metros; e a zona de habitação, com uma geometria mais complexa, com espaço para quarto, cozinha e casa de banho, divididos por dois pisos, com três metros de altura cada.



Figura 12 – Edifício Songzhuang Artist Residence (DnA, 2009)

O seu exterior é revestido por um material cinzento-escuro e de laranja nas superfícies horizontais, por forma, a refletir o carácter industrial e de aldeia comunitária.

A configuração do edifício incentiva a que os artistas e visitantes do espaço (tanto do comunitário e exterior), explorem e se apropriem dos volumes, vazios, luzes e sombras, fazendo deste um museu alternativo para viver, para criar arte ao vivo e ainda para expô-la.

A interação de volume, o vazio, a luz e a sombra é um catalisador para levar os artistas e os visitantes a explorar e a experimentar constantemente no espaço comunitário ao ar livre. Basicamente, este complexo é um museu alternativo para viver, criar arte ao vivo e realizar exposições.

São estes detalhes do edifício, que fazem com que se crie uma configuração expressiva e uma qualidade espacial única, com uma série de espaços inesperados, que se assemelham a telas em branco, para os artistas preencherem.



Figura 13 – Interior do edifício Songzhuang Artist Residence (DnA, 2009)

- *The McColl Center for Art + Innovation*

The McColl Center for Art + Innovation é um programa que se dedica a apoiar os artistas a nível regional, nacional e internacional, promovendo a arte contemporânea. Trata-se de um lugar onde os artistas podem trabalhar, pesquisar e participar em projetos que se estendem à comunidade, onde os mesmos procuram inspiração no pensamento crítico de modo a influenciar mudanças positivas, interpretando o passado e inventando o futuro.



Figura 14 – The McColl Center for Art + Innovation (McColl Center for Art + Innovation, 2015)

Localizada no centro de Charlotte, no estado americano da Carolina do Norte, The McColl Center for Art + Innovation está inserida no espaço de uma antiga igreja ARP - Associate Reformed Presbyterian.

Criada em 1926, esta mesma igreja foi originalmente desenhada por James M. Michael¹⁶, e foi construído em 1926 pelas construtoras locais (Blythe e Isenhour).

A partir de 1927, a igreja tornou-se num local muito ativo, incluindo mais de 500 membros da cidade, no entanto, devido a vários fatores, – incluindo o declínio do centro da cidade e o crescimento do pós-guerra em áreas suburbanas, – os membros da Igreja foram abandonando o local, sendo que esta se manteve até à data de 1950.

¹⁶M. Michael foi um arquiteto local, que projetou mais de 50 igrejas na área de Charlotte

Em 1981 o edifício foi vendido, tornando-se num marco histórico local, tendo sido comprada pelo Chateau Fourth Ward Corporation. Este permaneceu praticamente intocável durante alguns anos, após um incêndio que destruiu o interior e o telhado da igreja em Novembro de 1984.¹⁷

Em 1995, o banco da América terá adquirido a igreja com o único propósito de estabelecer uma comunidade de artistas urbanos no coração de Charlotte. A igreja foi redesenhada pela empresa FMK Arquitetos e reconstruída por Rodgers Builders que fizeram por manter as características e qualidades da conceção original da igreja, e em 1999, data de concessão da sua renovação, abriu portas o The McColl Center for Art + Innovation.

Com a visão, de Hugh McColl e do Conselho de Artes e Ciência, além do apoio do banco, esta estrutura com mais de mais de 9.1440m² quadrados, ganhou vida, sendo que do total, cerca de 1.5240m² contém o espaço da galeria, abrangendo ainda nove estúdios de arte.

O objetivo principal do projeto era maximizar a quantidade, e flexibilidade, de vários espaços de estúdio, sem destruir o carácter inerente da estrutura histórica. Isto foi conseguido através da utilização de uma nova estrutura de aço, disposta no interior, com acabamentos de baixo custo, e ainda, através da criação de espaços dedicados aos estúdios, que tinham a particularidade de poder ser facilmente ajustados de acordo com as necessidades dos artistas, tendo sido planeados de forma a suportar grandes quantidades de luz natural, de maneira a respeitar e a mostrar o que restou da ruína de pedra.

Este espaço oferece ao seu público a possibilidade de observar as exposições e ainda relacionarem-se com os artistas através de programas de sensibilização da comunidade, oferecendo visitas guiadas, acesso a oficinas,

¹⁷Segundo se sabe este incidente terá acontecido durante uma noite de Novembro, quando uma mendiga tinha empilhado um monte de cadeiras de madeira e construído uma lareira, que se descontrolou e ganhou grandes proporções. Poucas horas depois, devido ao vento forte um dos marcos de Charlotte estava reduzido a cinzas, deixando pouco mais do que a estrutura exterior em pedra.

entre outros, de forma a fomentar laços de ligação entre artistas e a comunidade interessada.

Assim, uma das muitas características que faz deste um espaço cultural único é o facto de os artistas poderem criar o seu trabalho no local em que residem, a uma distância reduzida do local onde a sua arte é exposta. Consequentemente, a proximidade do artista com a arte, dá um contexto e mediatismo que distânciam este espaço dos típicos museus, pois, é possível encontrar os artistas nos locais a trabalhar e a testarem as suas experiências e perspetivas em obras tangíveis e bonitas.



Figura 15 – Interior de The McColl Center for Art + Innovation (McColl Center for Art + Innovation, 2015)

Capítulo 6 – PROJETO

O edifício em estudo situa-se no número 32 da Rua D. Luís I, em Santos, no distrito de Lisboa. Construído no ano de 1918, o espaço em questão, fica próximo de uma das mais marcantes avenidas de Lisboa que nos leva até à Assembleia da República, a Avenida D. Carlos I, encontrando-se também perto do Mercado da Ribeira. A vertente cosmopolita das áreas circundantes e a proximidade ao rio Tejo conferem ao espaço envolvente uma atmosfera rica, movimentada e em constante mutação. A luminosidade, a paisagem e a permanente atividade sentida nesta zona concedem a este local uma alma única e repleta de vitalidade.

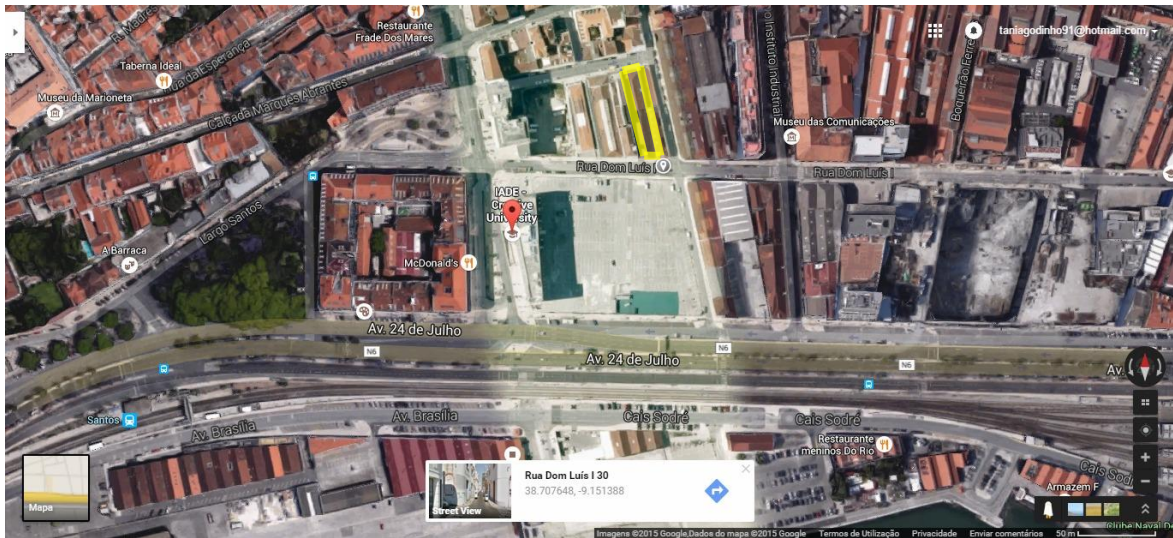


Figura 16 – Localização espacial do edifício Costa Cabral Limiteda (Googlemaps, 2015)

Entre ruas, largos, praças e avenidas, a abundância do comércio manteve sempre um papel fundamental. Pequenas indústrias e oficinas serviam a população local sendo possível, ainda hoje, encontrar alguns comerciantes antigos. Atualmente, nestes espaços, é notória a degradação de alguns elementos da arquitetura que preenche as ruas, condicionando a imponência outrora existente. Contudo, é importante salientar o bom estado de conservação em que algumas das intervenções se encontram. Elementos típicos da antiga zona industrial, que deixaram de desempenhar a sua função original, mantêm detalhes como os azulejos conferindo cor, frescura e brilho às fachadas.

Presentemente, a maioria dos elementos que se encontram neste espaço indiciam e estimulam a criatividade. Começando pelas instituições de ensino, seguidas das novas lojas, dos diversos bares e restaurantes com conceitos que associam o requinte a espaços inusitados como antigos armazéns e fábricas abandonadas, com espaços amplos, estruturas de tijolo, ferro ou madeira, surgem novos ambientes e conceitos, através da realização de uma ponte entre o passado e a modernidade do presente. Com toda a agitação da vida diurna e noturna, é contrastante o sossego que a rua onde o edifício em questão se situa preserva, sendo um refúgio ao intenso movimento urbano que se sente nos arredores desta mesma zona.

Importa entender que esta zona, distingue-se pela inovação e criatividade. Sendo também conhecida como *Santos Design District*, “uma iniciativa promovida pela SDD - Associação Empresarial do Bairro de Santos, fundada por um conjunto de importantes agentes económicos da zona, entre os quais as mais importantes lojas de design de Lisboa que, em Dezembro de 2006, uniram esforços para promover a continuada requalificação e dinamização da zona” (Rodrigues, 2010). Esta tem como objetivo principal melhorar e reconverter os “espaços públicos, a dinamização cultural, a criação de infraestruturas para o lazer e diversão, com o propósito de tornar Santos um destino cada vez mais interessante e apelativo em Lisboa” (Rodrigues, 2010).

A reconversão dos espaços é fundamentalmente sentida por quem presencia as mudanças. Mas, até que ponto as pessoas que por ali passam sabem que existe um objetivo por detrás das constantes intervenções neste espaço? A marca é importante, cria interesse e promove o reconhecimento. No entanto, a definição do espaço também é crucial para o tornar um projeto consistente e estruturado. Definir o espaço de Santos é importante, só desta forma o mesmo pode alcançar uma presença influente ao nível do *design*, quer nacional quer internacionalmente.



Figura 17 – Localização de Santos Design District (santosdesigndistrict, 2010)

Contudo, centrando de novo a atenção no edifício em questão, sabe-se que este terá sido fundado em 1918, por uma empresa de sucatas. Pertenceu à empresa Costa Cabral em 1925, mantendo-se ativo e a funcionar como armazém de produtos metalúrgicos. Mais tarde, em 1984, essa mesma empresa mudou a sua localização, dando lugar, à garagem dos escritórios que foram ocupando este espaço até aos dias de hoje.

O edificado tem uma área de cerca de 536,33m², uma fachada de aproximadamente 12,73m, e uma profundidade estimada em 45,27m. Quando nos deslocamos ao espaço podemos constatar que o mesmo se encontra em bom estado. Facto que justifica a sua utilização e atividade praticamente ininterrupta – os seus utilizadores, ao longo dos tempos, promoveram obras de manutenção que preveniram e evitaram a sua degradação. No seu atual espaço de garagem é possível verificar-se uma porta e janela criadas posteriormente para aceder ao edifício situado ao lado deste, no entanto, aqui apenas será trabalhado o primeiro de modo individual.



Figura 18 – Acesso ao segundo edifício (fotografia da autora)

Atualmente, a entrada neste edifício pode ser realizada por dois pontos opostos. Uma das entradas encontra-se orientada para a Rua D. Luís I, com dois portões de garagem e uma janela circular centrada no topo da fachada. Em alternativa, o outro ponto de acesso encontra-se orientado para a Rua Cais do Tojo, onde se situa o escritório com apenas 25,20m² do total do edifício.

Ao entrar pelas garagens o espaço com o qual nos deparamos é amplo, vazio e coberto. O escritório surge no extremo oposto, com janelas interiores, e funciona nos três andares que o constituem. Na lateral direita, apresenta-se uma entrada que dá acesso a um anexo de dois andares, que faz parte do edifício vizinho. Ainda no seu interior, encontram-se à vista vigas estruturais de madeira que, para além de suportarem o telhado, contêm as várias janelas que iluminam o enorme espaço e a estrutura de ferro, conservada da sua antiga função. Quanto ao chão e às paredes, têm o seu acabamento feito com reboco de cimento.

A empresa que ocupa este edifício dá unicamente uso ao escritório, ficando uma grande parte do mesmo sem nenhuma utilidade a nível laboral ou habitacional. Deste modo, esta parte inativa, adquiriu a função de

estacionamento, contrariando uma situação muito comum para quem vive e trabalha nesta zona, que corresponde à falta do mesmo.



Figura 19 e 20 – Interior do edifício em estudo (fotografia da autora)

Com o objetivo de desenvolver um projeto neste edifício, mantendo a zona do escritório em atividade, houve a necessidade de se criar uma personagem ficcional: Filipe. Esta mesma personagem refletiria características reais e teria como objetivo principal a realização da encomenda de um projeto que respondesse às suas ambições e necessidades.

Deste modo, Filipe, é um *designer* empreendedor, viajado e suscetível às novas formas de habitar. Insere-se na classe média alta, e pretende instalar-se em Lisboa, a sua cidade natal, para iniciar uma nova fase da sua vida abrindo o seu primeiro negócio independente.

Após ter terminado o seu curso de *design* em Nova Iorque, iniciou o seu percurso como freelancer. Numa fase inicial, desenvolvia os seus projetos em casa e, posteriormente aderiu à tendência e integrou-se no sistema de *coworking*. Quando finalmente surgiu a oportunidade de emprego num grande estúdio de design passou a viver num *loft* tipicamente nova-iorquino.

Graças a esta experiência e como *designer* profissional dedicado, surge a ambição de investir no seu talento em Portugal. Tem como objetivo principal partilhar a sua experiência, criar alternativas para quem pretende trabalhar por conta própria, contrariar o isolamento no trabalho e estimular a partilha de conhecimento entre pessoas de diversas áreas profissionais.

A sua família, por forma a apoiar o seu lançamento independente, cede o edifício do qual é proprietária dando o primeiro impulso para a concretização do seu projeto. Edifício que, para além de o trazer de volta à sua terra natal, se encontra numa zona em constante transformação, como fora inicialmente descrito.

Para as necessidades de Filipe o edifício em questão era o ideal. A sua localização em plena zona histórica e central de Lisboa, e a capacidade de albergar a sua habitação e espaço de trabalho são fatores cruciais.

O grande desafio a que Filipe se propõe com o desenvolvimento deste projeto é descobrir qual a melhor forma de relacionar o espaço e as suas funcionalidades. Dado que as funcionalidades variam entre públicas/privadas e habitacionais/laborais, integrando a mesma área, é imprescindível manter o equilíbrio entre elas sem provocar desconforto e constrangimentos inesperados.

Apesar do espaço disponível ter uma área mais ampla que o necessário para desenvolver este tipo de projeto, isso também permite simular situações mais inusitadas e pode conferir uma vertente camaleónica e de constante mutação ao mesmo. Este, em conjunto com os restantes fatores acima descritos, justificam a escolha deste mesmo edifício, que visa preencher todos os requisitos necessários para a criação de um espaço habitacional em comunhão com um espaço de trabalho.

Filipe pretende criar cinco grandes zonas, começando por um *loft* e um *coworking*. A visibilidade entre os espaços será mantida, criando a sensação de união; paralelamente essa mesma união será quebrada pelas barreiras visuais criadas propositadamente para delimitar o espaço público do privado, despertando também os sentidos para o movimento ou a ausência do mesmo.

Pretende também dar oportunidade aos profissionais, em geral interessados em experienciar este modo de vida *home office*, criando um outro apartamento autónomo, lucrando, assim, com a sua ideia. Este espaço permite incluir duas pessoas e situa-se dentro do próprio armazém, criando assim um maior aproveitamento e rentabilização do espaço. Os inquilinos que aqui habitarem terão ainda, desta forma, a possibilidade de compreender melhor, o significado de

loft living, (note-se que o seu conceito é algo desconhecido por parte de muitas pessoas) uma vez que a área do *loft*, situa-se no canto oposto do armazém e está completamente exposto a quem frequentar o espaço.

Constatou também que era fundamental a existência de uma zona que funcionasse como garagem e de uma área “verde”, interior e exterior, para maior conforto e segurança de quem usufrui deste modo de habitar e trabalhar.

Manifestando a intenção de respeitar a construção original, para que haja a menor invasão possível e se mantenha o máximo da sua origem, foram conservadas estruturas iniciais, como é o caso da ponte rolante e do telhado.

Estes e outros detalhes da construção fizeram assim parte do cenário pretendido para este projeto, após uma intervenção pouco invasiva.

Particularizando por função, o primeiro espaço ao qual se tem acesso ao entrar pelo portão principal é a zona do jardim exterior, um local que torna possível a recriação da natureza, com um terreno relvado, pequenos arbustos e árvores, onde se dá a possibilidade ao utilizador de se abstrair do meio urbano em que está inserido. Por outro lado, tem o intuito de se transformar também num local de trabalho para quem assim o desejar. De seguida, surge uma pequena porta que dá acesso direto à garagem e, já nessa divisão, surge uma outra porta maior que dá acesso ao interior do edifício.

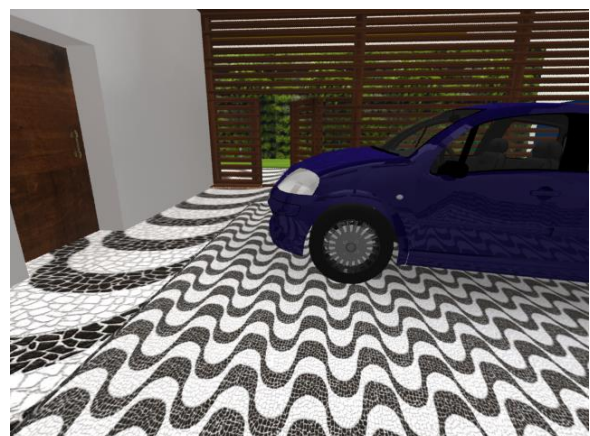


Figura 21 e 22 – Jardim Exterior e Garagem (imagem da autora)

No seu interior, é impossível ficar indiferente à continuidade que é dada ao jardim que cobre as paredes laterais, contudo, o que mais se destaca é a enorme estrutura paralelepípedica de vidro com finos ligamentos de ferro que se encontra ao centro, inspirada na loja da Apple em Nova Iorque, que contém um tapete



Figura 23 – Loja da Apple localizada em Nova Iorque
(Obama Pacman, 2015)

verde a cobrir a sua área, destinada a funcionar como espaço para *coworking*, da qual fazem parte uma sala de reuniões, cabines de trabalho e uma zona de exposição. A sala de reuniões está separada visualmente por cordas, uma vez que não se trata de uma sala tradicional onde a privacidade é primordial, podendo ser usada com outras finalidades como apresentações. Nas cabines de trabalho existe uma mesa que sobe ou desce até ao nível dos bancos, podendo-se transformar numa cama, permitindo trabalhar de forma descontraída ou mais formal consoante a necessidade. A zona de exposição é um corredor que atravessa o espaço de uma ponta à outra e que se mistura com zona de espera. Desta forma, trata-se de um espaço onde o profissional pode trabalhar e ser também observado pelos frequentadores do espaço, quer sejam eles residentes ou clientes. Este local permite, ainda, a divulgação dos seus trabalhos e outros, deixando ao critério de cada um a sua forma de expor, crendo que aqui a criatividade e originalidade é sempre bem-vinda. Este *coworking* é destinado não só aos moradores do edifício mas também a pessoas exteriores, apesar do seu

reduzido número de profissionais quando comparado com outros locais semelhantes.

O *atelier* foi implementado neste espaço para se destacar em relação a toda a sua envolvência e direcionar os clientes. Deste modo, saberão onde se encontram e para onde se devem dirigir de forma confortável, contrariando possíveis constrangimentos como a invasão direta da zona habitacional, mais privada, que surge por detrás da estrutura paralelepípedica de vidro, situada no extremo oposto à entrada principal do edifício.

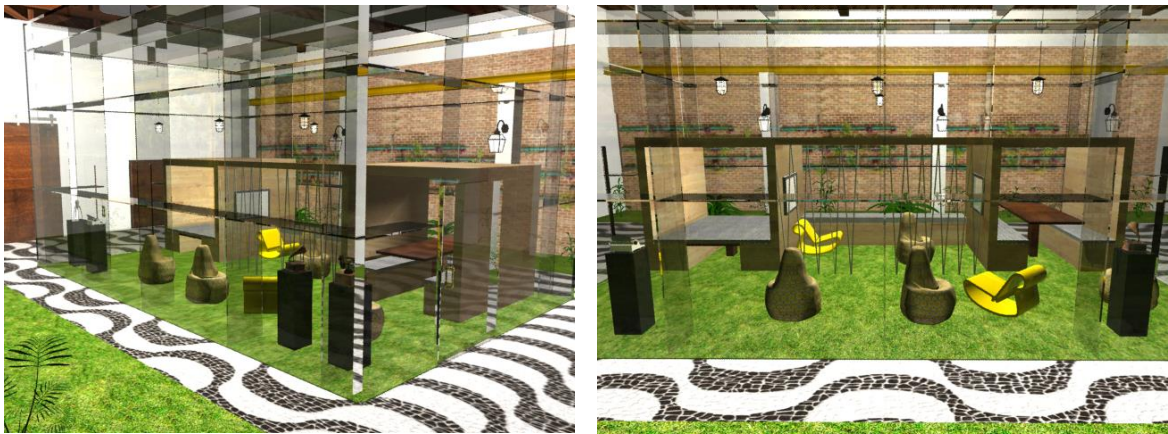


Figura 24 e 25 – Coworking (imagem da autora)

É nessa zona que se encontra o *loft*, destinado a Filipe. Construído sob um patamar sobre-elevado de 1.50m, assemelha-se a um palco de teatro, onde a vida e o quotidiano de Filipe tem lugar, e onde as distintas áreas são iluminadas com diferentes destaques, consoante o pretendido.

O *loft* é, então dividido em dois andares. No primeiro piso, encontram-se as zonas semiprivadas da habitação: sala de convívio, sala de estar, sala de jantar, cozinha, e ainda uma divisão para arrumações e outra para uma instalação sanitária. Este andar trata-se de um espaço único, amplo, onde os limites são feitos a partir das referências dadas pelo mobiliário ali colocado. Este sistema possibilita uma maior flexibilidade e originalidade no espaço, criado para corresponder a situações de convívio e afetividade entre as pessoas. A área da

casa de banho e da despensa/arrumos situa-se por baixo das escadas, estando subtilmente protegida por uma parede de tijolo.

Existem algumas particularidades que tornam este andar num espaço diferente, como é o caso da sala de convívio que está localizada à entrada deste piso. Encontra-se a um nível mais baixo, formando uma depressão quadrada no pavimento com sofás a toda a volta, criando uma sensação de maior intimidade. Surge também nessa mesma área o escorrega, que começa na varanda do segundo andar e atravessa o piso debaixo até ao piso térreo. A cozinha, localizada na zona posterior, tem grandes dimensões e incorpora um balcão que funciona paralelamente como zona para refeições rápidas no dia-a-dia. Em frente a esta situa-se área de jantar seguida da de estar, e ainda um baloiço situado ao lado da parede de tijolo que oferece ao espaço um cariz mais dinâmico.



Figura 26 e 27 – Loft (imagem da autora)

No segundo piso, dois quartos ocupam toda a zona frontal, contendo uma varanda que faz de corredor e atravessa o andar na sua totalidade. Apresenta uma entrada para uma cama de rede, que oferece além de um momento relaxante e desafiante uma nova perspetiva enquanto espectador do pianista; e outra para o escorrega. Cada quarto contém uma casa de banho privada e um *closet*.

Quanto à localização do apartamento autónomo, este está situado ao lado do jardim exterior. Dividido em dois pisos, o primeiro tem acesso direto à garagem e à entrada do *coworking*, à semelhança do que acontece no caso anterior, tem cozinha, sala de jantar e sala de estar num único espaço, junto com uma casa de banho. Embora tenha dimensões visivelmente mais reduzidas apresenta um duplo pé direito. O segundo piso sobrepõe-se à garagem, e no cimo das escadas apresenta-se um corredor que dá acesso aos quartos e a uma instalação sanitária de uso comum. Cada um dos quartos no seu interior recebem luz natural através de uma janela rasgada com visibilidade para o jardim exterior, sendo que um deles conta ainda com uma janela redonda com vista para a rua D. Luís I.



Figura 28 e 29 – Apartamento (imagem da autora)

Inspirado no *loft* originário de Nova Iorque e nos detalhes da cultura tradicional portuguesa, pretende-se fazer uma união de ambos. Combinar o conceito industrial e despojado: expondo vigas, pilares, tubulações, paredes de tijolo, fios elétricos de candeeiros e até a própria ponte rolante de ferro, que no passado servia para deslocar cargas pesadas dentro do edifício, e que atualmente se tornou num ícone do armazém em estudo; com as características essencialmente lisboetas como: as cores, os azulejos, as referências históricas e a calçada portuguesa.



Figura 30 e 31 – Ponte rolante (fotografia da autora)

Para isso o seu interior é constituído por materiais como peças em inox, metal cromado, madeira reciclada e peças rústicas, ferro e cimento. Sendo que alguns foram reaproveitados da estrutura original do próprio edifício e outros já correspondem a novas estruturas.

Procura-se proporcionar um ambiente descontraído e confortável conjugando características que ofereçam uma identidade rica e características ao espaço. Para criar uma atmosfera acolhedora e interessante determinou-se uma paleta de cores predominantes, são elas: o verde água e o amarelo. Ambas estão relacionadas com características lisboetas. A primeira porque se situa ao lado da foz do rio Tejo fazedo lembrar a tonalidade da sua água, a segunda porque a cidade é conhecida pela sua grande iluminação natural provocada pelo sol, que dá cor e vida às ruas de Lisboa.

É, deste modo, um estilo despojado e criativo, que tem como premissa cativar o espírito jovem e criativo, caracterizado pela expressão de liberdade, modernidade e constante atividade. Pretende ser um local relaxante, onde a pressão do dia-a-dia e do trabalho é reduzida, transformando-se num combustível extra para a produtividade e criatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi fundamental para compreender de forma clara a evolução dos locais de trabalho. Compreende-se assim que, os espaços de trabalho têm desde sempre uma marcante presença na vida do homem, resultado da constante procura e necessidade do homem por um espaço que se adequasse à organização e administração de determinadas atividades e tarefas laborais. Ao longo sua evolução dos locais de trabalho, foram sendo encontradas novas e inovadoras tipologias organizacionais de espaços de escritórios.

Não excluindo a questão do trabalho, foi também crucial o fortalecimento do conhecimento a nível do Património Industrial que, embora atualmente esteja em estado de degradação profunda, em tempos foi de extrema importância para o desenvolvimento das próprias cidades.

Ao analisar esta problemática, de antigos edifícios obsoletos no centro urbano, conclui-se que a sua reabilitação permitiria trazer de volta o brilho e a presença das cidades. Para tal, o *loft* seria a apropriação que mais vantagens traria sob estes espaços.

O desabrochar deste projeto ocorre quando se torna possível juntar o espaço de trabalho ao de habitar. Neste caso, um espaço de trabalho *coworking*. Transformando este projeto num local surpreendente e criativo.

No desenvolvimento deste projeto foi sentida a necessidade de criar maquetas, para poder ter uma melhor noção da escala humana em relação à escala do edifício abordado, visto tratar-se de um edifício de grandes proporções.

Quanto ao decorrer processo criativo, este tornou-se mais demorado que o previsto, tendo sido enumeras vezes alterado até alcançar a sua versão final. Algo que se reflete numa componente teórica, mantida em constante alteração a par do desenvolvimento do projeto prático.

Uma das grandes dificuldades encontradas foi a seleção de informação, visto que este tema abrange várias áreas, e existiam restrições no que diz respeito a uma quantidade grande de informação encontrada.

Embora se trate de um espaço já construído e sem necessidade de fortes intervenções a nível estrutural, a estrutura paralelepípedica de vidro destinada ao espaço de *coworking* fez com que fosse necessário estudar a estrutura de raiz.

Este projeto criou bases e referências importantes e sustentáveis para que no futuro esteja apta para desenvolver, de uma melhor forma, projetos com temas semelhantes aos aqui mencionados.

CONCLUSÃO

A dualidade da vida do ser humano, que o faz ter de se dividir entre o trabalho e a sua vida privada, é algo que acontece desde sempre. Porém, com o avançar da tecnologia, ganhou-se maior mobilidade, não sendo necessário a deslocação diária da casa ao trabalho, deixando de existir um local de trabalho fixo, fazendo com que, profissionais, trabalhassem nas suas próprias casas, perdendo o controlo do seu tempo de lazer. Esta situação fez com que as pessoas tivessem maior dificuldade em gerir as suas vidas levando a que as mesmas procurassem por novas soluções que as ajudem a obter uma melhor qualidade de vida.

O quotidiano do ser humano viu-se, então, ser modificado, à semelhança do século XIX, em que o espaço de trabalho se situava na própria casa. Estas alterações levaram à existência do chamado *coworking*. Um local desenvolvido para partilha de espaço e escritório, que reúne pessoas de vastas áreas e que permite flexibilidade horária. O que antes era um trabalho solitário passa, então, a ser um momento partilhado por um grupo maior de pessoas. Um espaço de partilha de ideias e criatividade.

A vida privada na habitação vê-se, também ela modificada. Com o evoluir da sociedade surgem mudanças sociais que alteram os modos de habitar. Com a procura constante por espaços que satisfaçam as necessidades de diferentes estilos de vida, encontra-se a habitação *loft*, um espaço habitacional com características muito próprias, que fugia ao tradicional. Uma criação original de Corbusier, que terá ficado conhecido, essencialmente, com a apropriação de um antigo edifício industrial por parte de Andy Warhol, um artista da época que iniciou o *loft living* e que divulgara a possibilidade de ‘habitar a arte’, uma vez que para além de viver no *loft* fazia deste o espaço de criação e exposição das suas obras, misturando a vida privada com a pública.

Deste modo, o *loft* tornou-se numa importante alternativa habitacional, que não só respondia à necessidade de um grupo de pessoas, como também reabilitava antigos armazéns devolutos, que por sua vez levavam à reabilitação dos centros urbanos. Centros urbanos estes, que ainda hoje estão numa crescente degradação, resultado do abandono das pessoas para a periferia das cidades, que procuravam uma melhor qualidade de vida, os centros das cidades foram ficando abandonados, tornando-se um problema atual.

Neste sentido, compreende-se que qualquer uma das temáticas estudadas teve uma contribuição positiva na sociedade, tendo sido criadas com o propósito de resolverem alguns problemas sociais. Se por um lado a criação do *coworking* ajudou a gerir a vida privada, por outro, o *loft* trouxe vantagens tanto para a cidade como para o habitar.

A combinação destas duas temáticas foi, de facto, uma combinação inesperada mas que de um modo geral cumpriram com os objetivos iniciais de conjugar o espaço de trabalho com o espaço de habitar. Através desta análise foi possível observar as características principais de cada um dos temas bem como a já citada inter-relação dos mesmos. Este trabalho, em termos pessoais, foi bastante desafiante, pelo facto de misturar o espaço privado com a vida pública e ao mesmo tempo definir limites que permitissem o bem-estar dos indivíduos.

A presente tese de projeto cumpriu com os objetivos iniciais de conjugar o espaço de trabalho com o espaço de habitação. Este, em termos pessoais, foi bastante desafiante, pelo facto de as temáticas desenvolvidas terem efeitos positivos sobre as pessoas mas ao mesmo tempo prejudicar a gestão do tempo das mesmas, entre outros.

Embora tenha conseguido responder aos objetivos sinto que este projeto poderia ter ido mais além, caso houvesse tempo para estudar mais minuciosamente a estrutura em vidro que serve de espaço para o *coworking*, por forma a melhorar a circulação de ar.

A principal contribuição desta tese é justamente incitar a reabilitação de antigos edifícios industriais, transformando-os em *lofts*, oferecendo uma alternativa de habitação para quem sente necessidade de se afastar das casas

tradicionais e ainda oferecer uma ideia inovadora de criar o seu próprio negócio dentro do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ábalos, I. (2012). *A boa-vida: visita guiada às casas da modernidade* (1ª ed.). Barcelona: Gustavo Gili, SL.
- Antunes, C. (2003). *Património Edificado: a autenticidade da memória*.
- Appleton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Edições Orion.
- Architectural Record Books.
- Ariès, P. (1960). L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime (Vol. 55, 329-347). Paris: Plon.
- Arnold, T., Hascher, R., Jeska, S., & Klauck, B. (Eds.). (2002). *Office buildings: a design manual*. Basel: Birkhäuser.
- Berquó, E. (2014). A família no século XXI: um enfoque demográfico. *Revista Brasileira de Estudos de População* 6 (2), 1-16.
- Botton, A. D. (2007). *Arquitetura da Felicidade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Brandão, D. Q. & Heineck, L. F. M. (2003). Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais. *Ambiente Construído*, 3 (4), 35-48.
- Bruna, P. (1976). *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva.
- Cabrita, A. M. R. (1995). *O homem e a casa: definição individual e social da qualidade da habitação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Edifícios.
- Castro, C. S. M. (2014). *Re-Habilitar: O Designer de Interiores na Reabilitação Habitacional do Edifício Histórico de Porto*. Dissertação de mestrado em Design, Escola Superior de Artes e Design Matosinhos, Porto.
- Catafesta, M. (2012). *Habitar a Indústria*. Dissertação de mestrado em Arquitectura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitectura, Porto Alegre.

Chartier, R. (Ed.). (1991). *História da vida privada* (Vol. 3). São Paulo: Companhia das Letras.

Chávez, V. H. (2002). La habitabilidad energética em edificios de oficinas. Dissertação de doutoramento, Universidade Politécnica de Catalunya, Barcelona.

Choay, F. (2001). *A Alegoria do patrimônio* (1ª ed.). São Paulo: Estação Liberdade/UNESP.

Coelho, A & Odebrecht, S. (2007). Arquitetura moderna: reconhecimento e análise de edifícios representativos em Blumenau, SC. *Dynamis Revista Tecno-científica*, 13 (1), 46-58.

Condinho, C. A. S. (2010). A Arquitectura dos Edifícios de Escritórios. Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Lisboa.

Corbusier, L. (2000). *Por Uma Arquitectura* (6ª ed.). São Paulo: Perspectiva.

Cunha, A. Prós e Contras (2009). *As cidades onde não moramos*. Acedido em Setembro 11, 2015, em <http://ww1.rtp.pt/icmblogs/rtp/pros-contras/?k=1-parte-do-programa-de-2009-06-15.rtp&post=11641>.

Després, C. (1991). The meaning of home: literature review and directions for future research and theoretical development. *Journal of Architectural and Planning Research*, 8 (2), 96-115, Chicago.

Dicionário Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. (2015). Porto: Porto Editora. Acedido em Setembro 06, 2015, em <http://www.infopedia.pt/>.

Domingues, Á. (2003). Património Industrial e Requalificação urbana. In M. da L. Sampaio (Ed.). *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais*. Actas do Colóquio de Museologia Industrial, Associação para o Museu da Ciência e da Indústria, Porto.

Fernandes, F. & Cannatá, M. (2009). *Reciclar o existente e requalificar o território*. In F. Fernandes & M. Cannatá. *Territórios Reabilitados*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.

Fernandes, J. M. (2007). Arquitectura contemporânea em Portugal e Espanha: alguns temas. *Arquitectura Ibérica*, (22), 4-9.

Fischer, G. N (1994). *Psicologia Social do Ambiente*. Lisboa, Instituto Piaget.

Flores, J. (1998). Património: Do Monumento ao Território. In J. Couceiro (Coord.). *Urbanidade e Património*. Lisboa: IGAPHE e Urbe.

Folgado, D. (2005). O lugar da indústria no território: A arquitectura da indústria. Registo Docomono Ibérico, Fundação Docomono Ibérico, Barcelona.

Freitas, M. J. (1998). Pensar os espaços domésticos em contextos de realojamento. *Sociedade e Território*, 25(26), 150-161.

Gann, D. M. & Barlow, J. (1996). Flexibility in building use: the technical feasibility of converting redundant offices into flats. *Construction Management and Economics*, 14 (1), 55-66, London.

Garcia, B. C., Landrove, S. & Tostões, A. (2005). A arquitectura da indústria, 1925-1965.

Ghirardo, D. Y. (2002). *Arquitetura Contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes.

Gracia, F. de (1996). *Construir em lo construído: la arquitectura como modificación* (2ª ed.). Madrid: Nerea.

Jacobs, J. (1961). *The Death and life of Great American Cities*. New York: Random House.

Koolhaas, R. (1995). *S, M, L, XL: small, medium, large, extra-large*. Rotterdam : 010 Publishers.

Kühl, B. M. (2009). *Preservação do património arquitetónico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Atelie/Fapesp.

Lawrence, R. J. (1990). The qualitative aspects of housing: a synthesis. *Building Research and Practice*, 18 (2) 121-125, London.

Lima, F. M. S. R. de C. (2007). *O atelier enquanto lugar e processo de criação artística*. Dissertação de mestrado em Criação Artística e Contemporânea, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Aveiro.

Lopes, F. & Correia, M. B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*.

Martins, L. P. (2009). *O Loft (n) O Património Industrial (d) A Cidade*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Arquitectura, Coimbra.

Masi, de D. (2003). *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio

Matos, F. L. (2001). *A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

Matos, F. L. (2007). Reabilitação Urbana da Baixa Portuense: Qualidade Habitacional. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia - Universidade do Porto*, 1 (2), 33-54.

Mendes, F. Coworklisboa. Acedido em Setembro 16, 2015, em <http://www.coworkinglisboa.pt/>.

Merola, V. R. (2002) Reflexiones sobre la rehabilitación y musealización de los espacios industriales. In M. da L. Sampaio (Ed.). *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais*. Actas do Colóquio de Museologia Industrial, Associação para o Museu da Ciência e da Indústria, Porto.

Mitchell, W. J. (1996). City of bits: Space, Place and the Infobahn. *Progress in human geography*, 22, 466-466.

Mozas, J. & Fernández, A. (1998). *Housing and flexibility*.

Nelson, M. (2011). Athome com a burguesia do Porto. Fronteiras entre o público e o privado. *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória".

Nicolin, P., & Nicolin, P. (Eds.). (2004). UrbanHousing.Lotus. In M. Milano (Coord.). *Do habitar*. Esad-esc, sup, de Artes e Design.

Oliveira, P. J. A. C. B. (2000). Definição e Avaliação da Qualidade Arquitectónica Habitacional. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, Lisboa.

Paiva, J. V., Aguiar, J. & Pinho, A. (2006). Guia Técnico de Reabilitação.

Pevsner, N. (1976). A history of building types (Vol. 327). London: Thames and Hudson.

Portes, G. F. & Martins, E. M. F. (2003). Proposta em adaptar moradias tipo “loft” para a cidade de Cascavel. *AKRÓPOLIS: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*.

Rodrigues, A. (2010). Santos Design District. Acedido em Agosto 23, 2015, em <http://www.santosdesigndistrict.com/sdd.html>

Rybczynski, W. (1986). Home: A short history of an idea. New York: Viking.

Santiago Batista, L. & Pacheco, P. (2010). Falemos de Casas... em Portugal. In D. Sardo (Ed.). *Falemos de casas: entre o Norte e o Sul*. Lisboa: Athena.

Schmid, A. L. (2005). *A ideia de conforto: reflexões sobre o ambiente construído*. Curitiba. Pacto Ambiental.

Serra, A. & Salvado, M. (2009). Espaço Doméstico: Contributos para uma leitura integrada de Habitat. *Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia*.

Shoshkes, L. (1976). Space planning: Designing the office environment. Nova Iorque.

Silva, H. S. & Santos, M. C. de O. (2012). *O significado do conforto no ambiente residencial*. Revista de Arquitectura e Urbanismo do PROARQ18, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Silva, S. M. E. C. e. (2012). *O lugar onde habita a arte. Habitar a arte que habita. Formas contemporâneas de apropriação numa residência de artistas*. Dissertação de mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Departamento de Projecto de Arquitectura, Urbanismo e Design, Lisboa.

Simões, M. P. (2012). *Construir no construído: Novos modelos de habitar a cidade para a zona industrial de Alcântara*. Dissertação de mestrado em Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Lisboa.

Sliwa, J. A. & Fairweather, L. (1977). *AJ Metric Handbook* (3ª ed.). London: The Architectural Press.

Tavares, G. ou Santiago B., L.; Pacheco, P. (2010). *Falemos de Casas... em Portugal*. In S, Delfim (ed.), *Falemos de Casas: entre o Norte e o Sul*. Lisboa: Athena.

Taylor, L.(ed.). (1990).*Housing: Symbol, Structure, Site*. New York: Pub. Cooper-Hewitt Museum the Smithsonian Institution's National Museum of Design.

Tostões, A. (2004). Construção moderna: as grandes mudanças do século XX. In M. Heitor, J. M. B. Brito & M. F. Rollo (Eds.), *Momentos de Inovações e Engenharia em Portugal no Século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 131-153.

Towers, G. (2005). *At Home in the City: An Introduction to Urban Housing Design*. (Eselvier, Ed.). Oxford: Press, Architectural.

Tramontano, M. (1997). Habitações, metrópoles e modos de vida. Por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo. Instituto dos Arquitetos do Brasil, Museu da Casa Brasileira, São Paulo.

Tramontano, M., Pratschke, A. & Marchetti, M. (2000). Um toque de imaterialidade: o impacto das novas mídias no projeto do espaço doméstico. In V. Del Rio, C. Duarte & P. Rheingantz (Eds.). *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: ProArq.

Turner, G. & Jeremy, M. (1998). *New Workspace, New Culture: Office design as a catalyst for change*. 1st Hampshire, England: Gower Publishing Limited.

Vilhena, A, Aguiar, J. & Pedro, J. B. (2006). *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*.

Vitruvio (2006). *Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST PRESS

Zukin, S. (1990). *La nascitadel "loft lifestyle": Gil annisettanta*. In P. Nicolín (Ed.). *Lotus Internationall: loft americani*. Local: Electa.

ICONOGRAFIA

Figura 1 e 2 - <https://technosalon.wordpress.com/2008-9-salon/2010-11-open-concept/concepts-and-conceptacles/conceptacles-murphy/> (15.08.2015)

Figura 3 - <http://www.reelgood.com.au/jacques-tati-playtime-1967/> (20.09.2015)

Figura 4 – <http://www.pavablog.com/2011/01/10/quem-precisa-de-escritorio/> (01.09.2015)

Figura 5 – <http://blog.copass.org/category/around-the-world-in-80-spaces/> (12.10.2015)

Figura 6 e 7 – <http://www.cutedrop.com.br/2012/10/a-volta-do-design-retro-nos-eletrrodomesticos/> (11.10.2015)

Figura 8 – http://aullidosdelacalle.blogspot.pt/2007_08_01_archive.html (20.09.2015)

Figura 9 - <http://www.atinyrocket.com/2010/08/andy-warhols-factory-people.html> (12.10.2015)

Figura10 – <https://www.google.pt/maps/@38.703482,-9.1683023,167m/data=!3m1!1e3> (11.10.2015)

Figura 11 – <http://www.moderndesign.org/2012/04/le-corbusier-cite-radieuse-marseille.html> (25.10.2015)

Figura 12 e 13 – <http://www.architravel.com/architravel/building/songzhuang-artist-village/> (20.10.2015)

Figura 14 – <http://www.panoramio.com/photo/96883602> (11.10.2015)

Figura 15 – <http://mccollcenter.org/> (09.09.2015)

Figura 16 – <https://www.google.pt/maps/place/IADE++Creative+University/@38.707258,-9.1547094,17z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0xd1934838cfa1033:0x36de966c91888246> (11.10.2015)

Figura 17 – <http://www.santosdesigndistrict.com/index.html> (26.09.2015)

Figura 18, 19, 20 – Fotografias da autora

Figura 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 – Simulações tridimensionais da autora

Figura 23 – <http://obamapacman.com/2011/11/new-york-city-5th-avenue-apple-store-glass-cube-re-opening-video/> (12.10.2015)



CREATIVE UNIVERSITY
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

2015

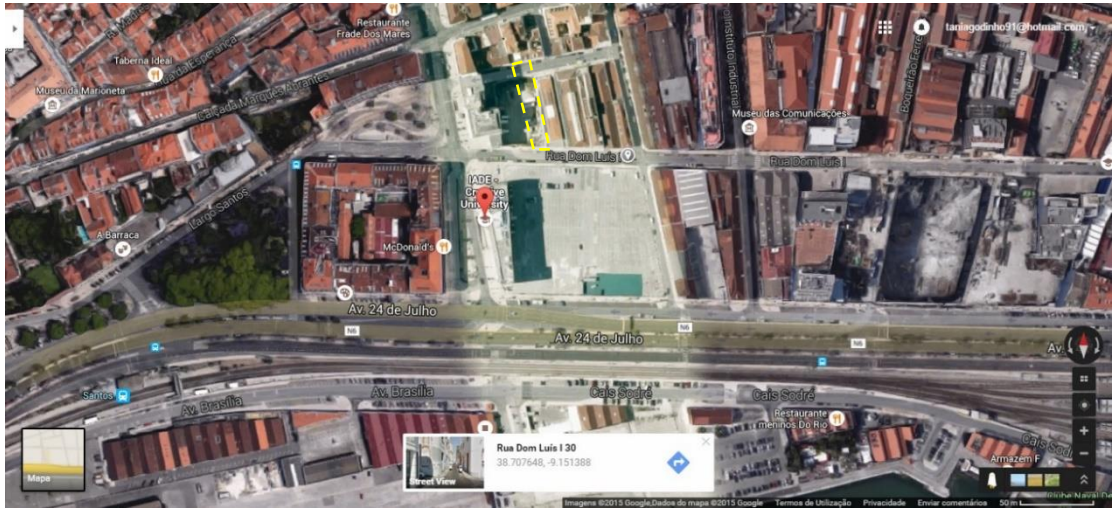
Tânia Marina Pedro Mendes Godinho **Habitar vs Trabalho: A reabilitação de espaços Industriais como uma nova tendência**

Anexos

ANEXO A

Ortofotomapas e fotografias retiradas do Google Maps

Localização espacial do edifício Costa Cabral Limitada



Localização espacial do edifício Costa Cabral Limitada



Fotografia aérea do edifício



Frente da garagem do Armazém da Costa Cabral Limitada



Sentido Oeste/Este da Rua D. Luís I



Sentido Este/Oeste da Rua D. Luís I



Frente dos escritórios do Armazém da Costa Cabral Limitada



Sentido Este/Oeste da Rua D. Luís I



Sentido Oeste/Este da Rua D. Luís I



ANEXO B

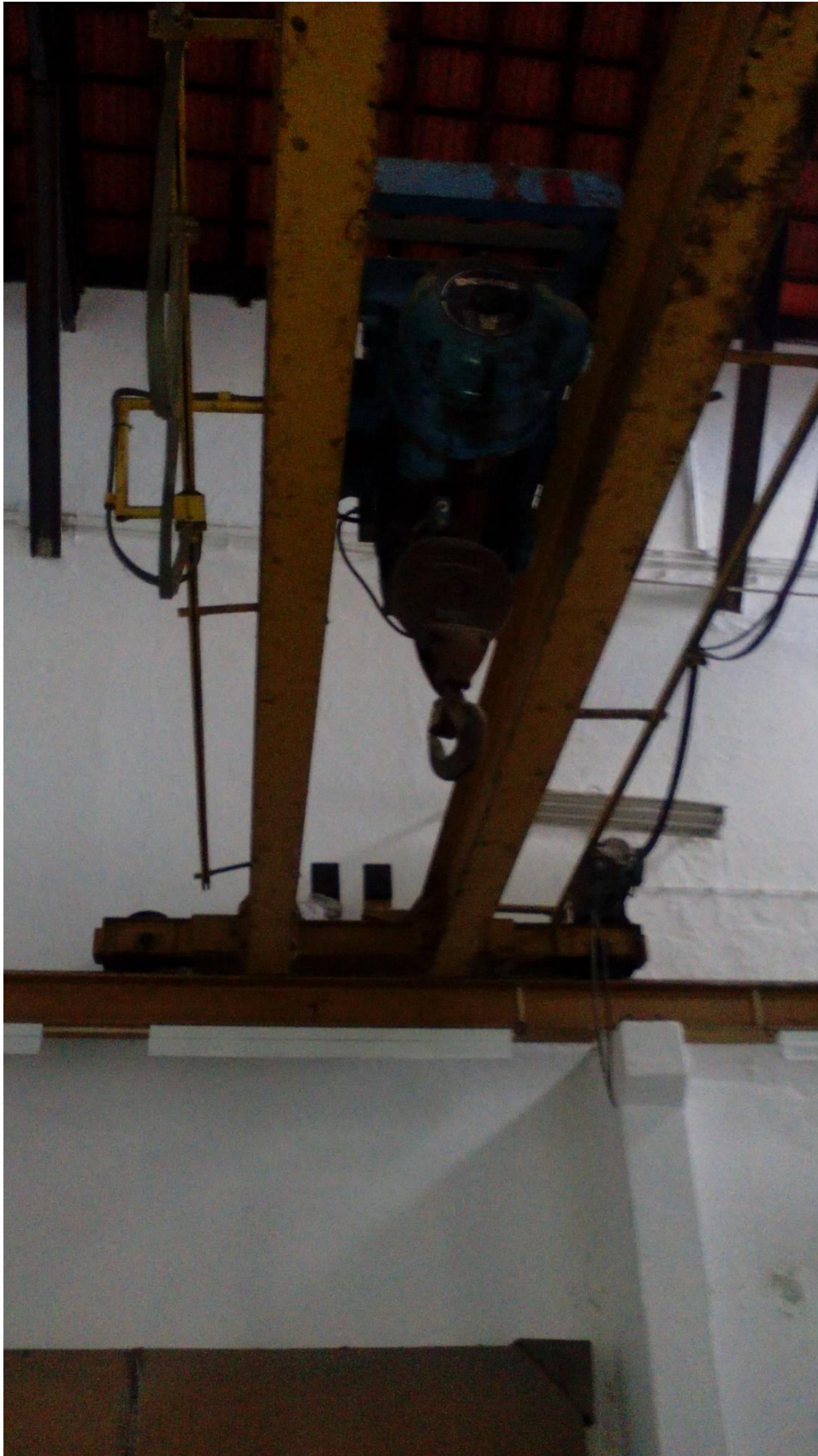
Fotografias do Interior do Edifício









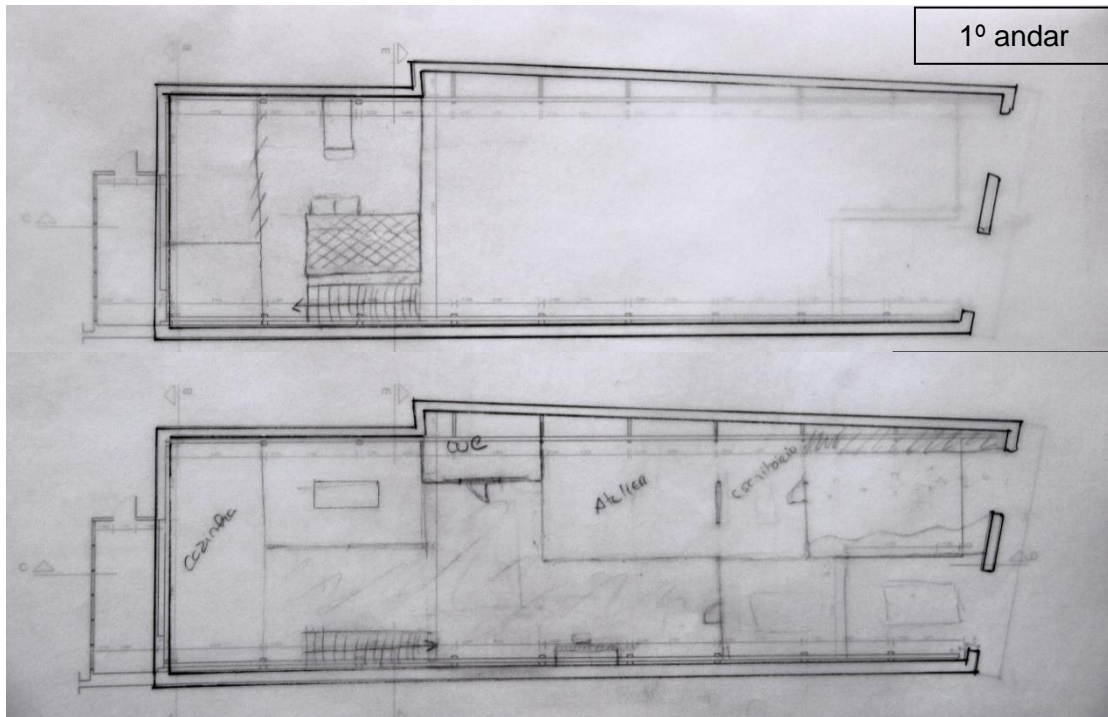




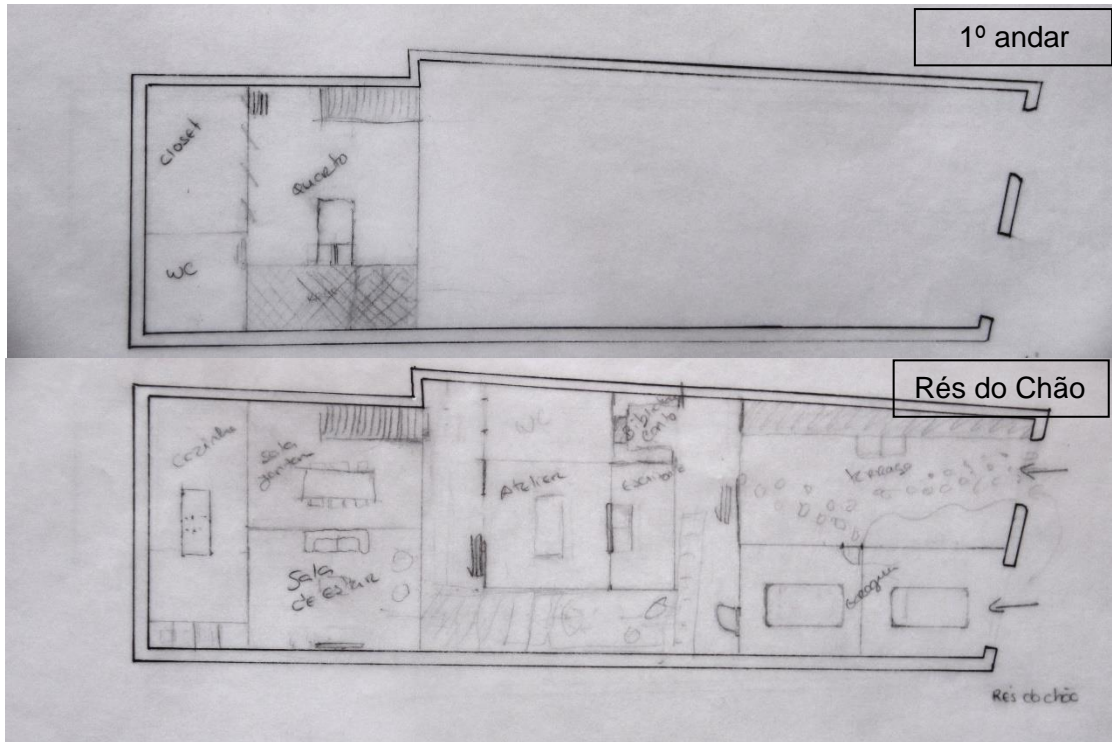
ANEXO C

Desenhos e Maqueta

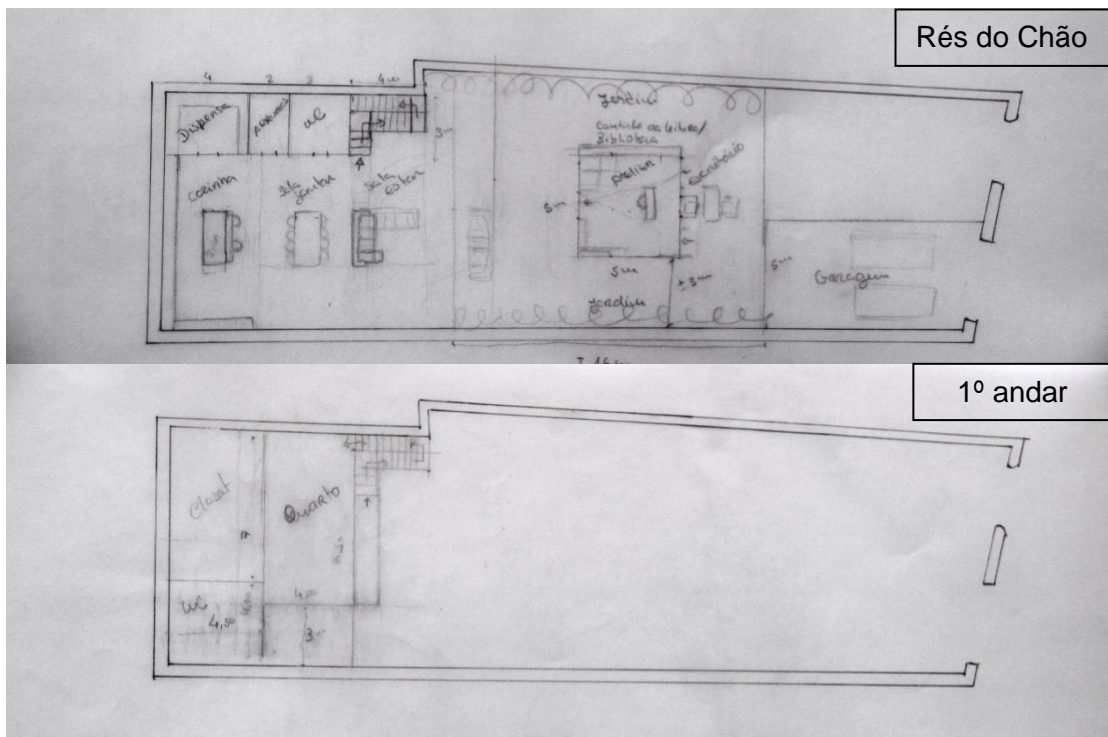
Desenho 1



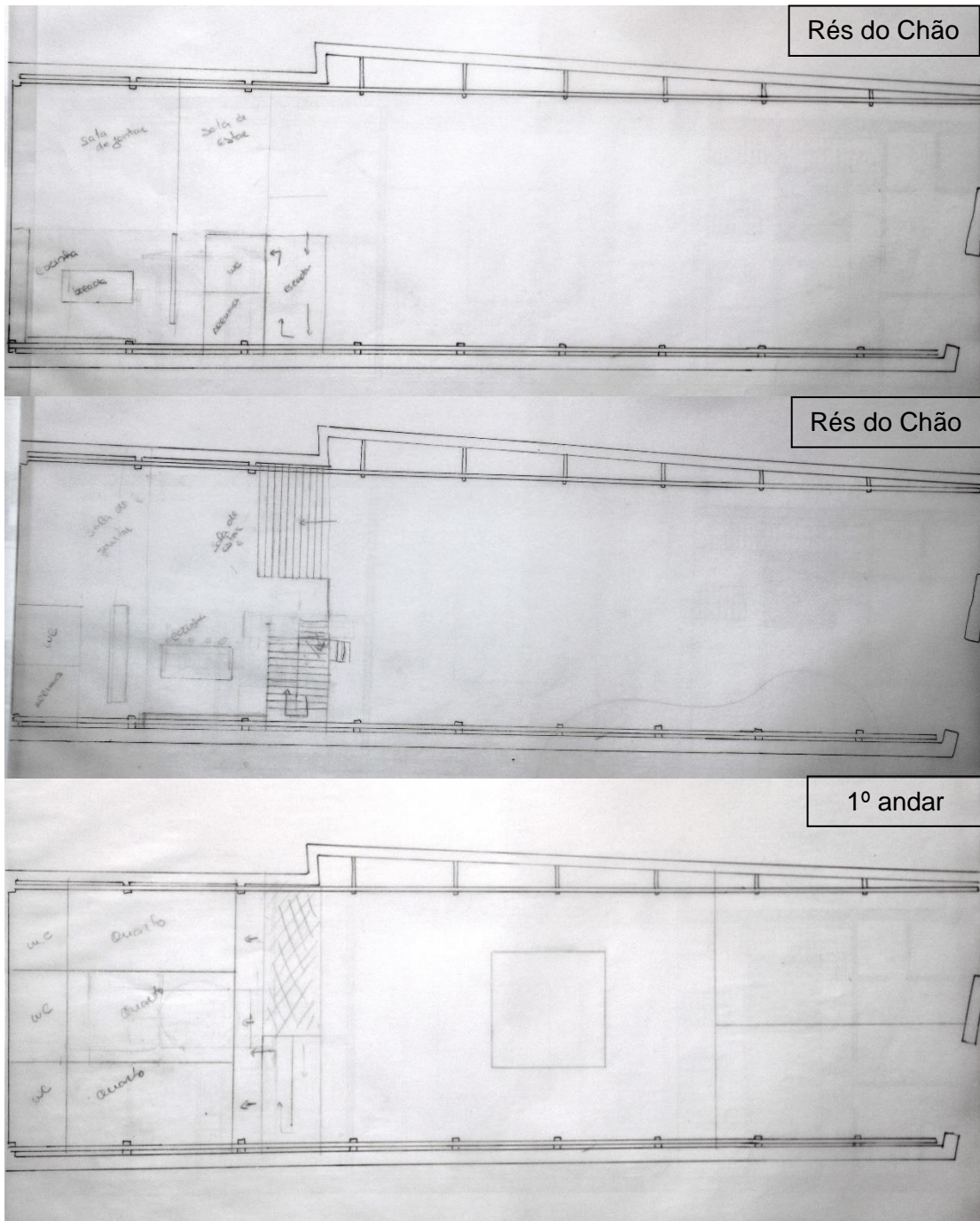
Desenho 2



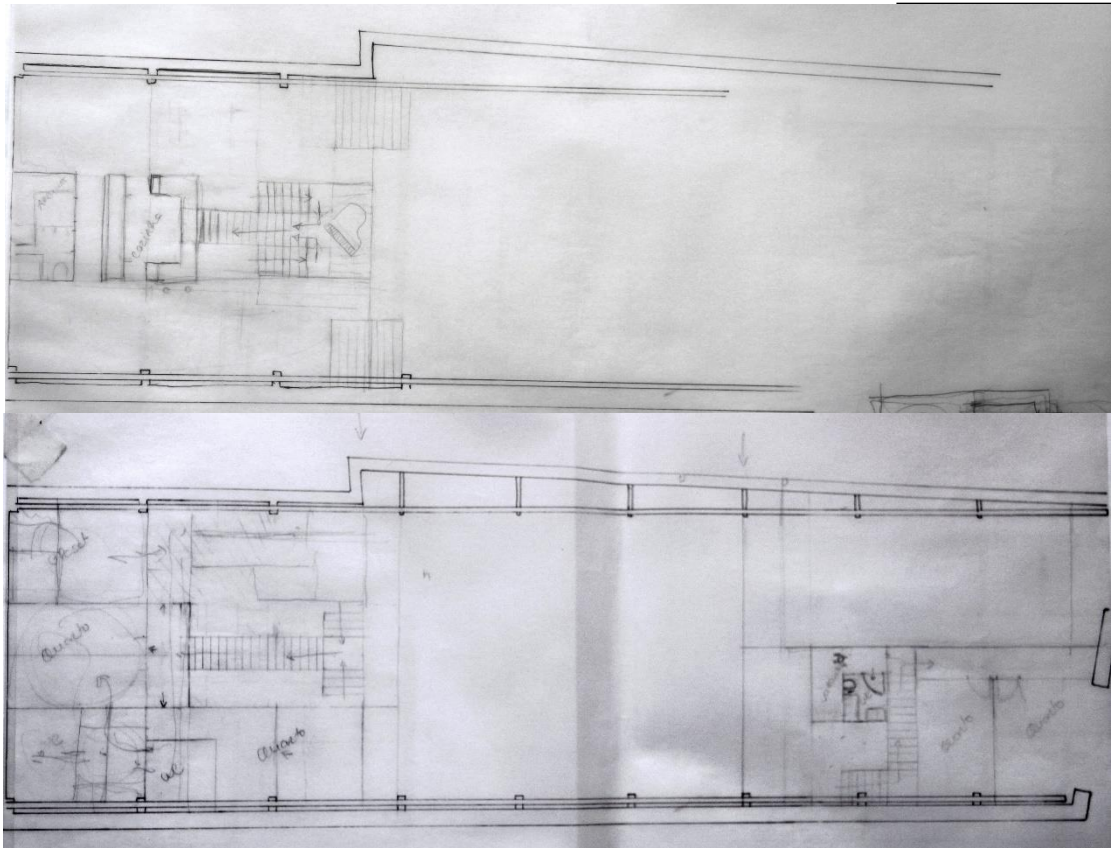
Desenho 3



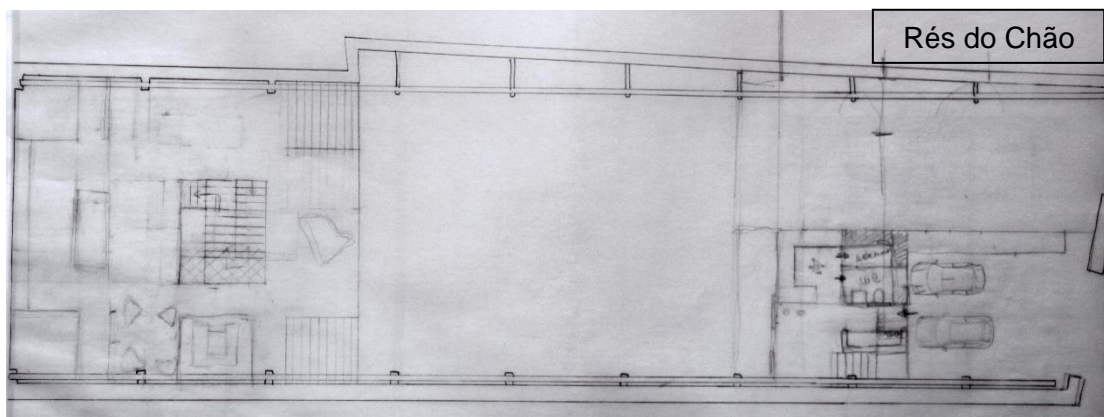
Desenho 4



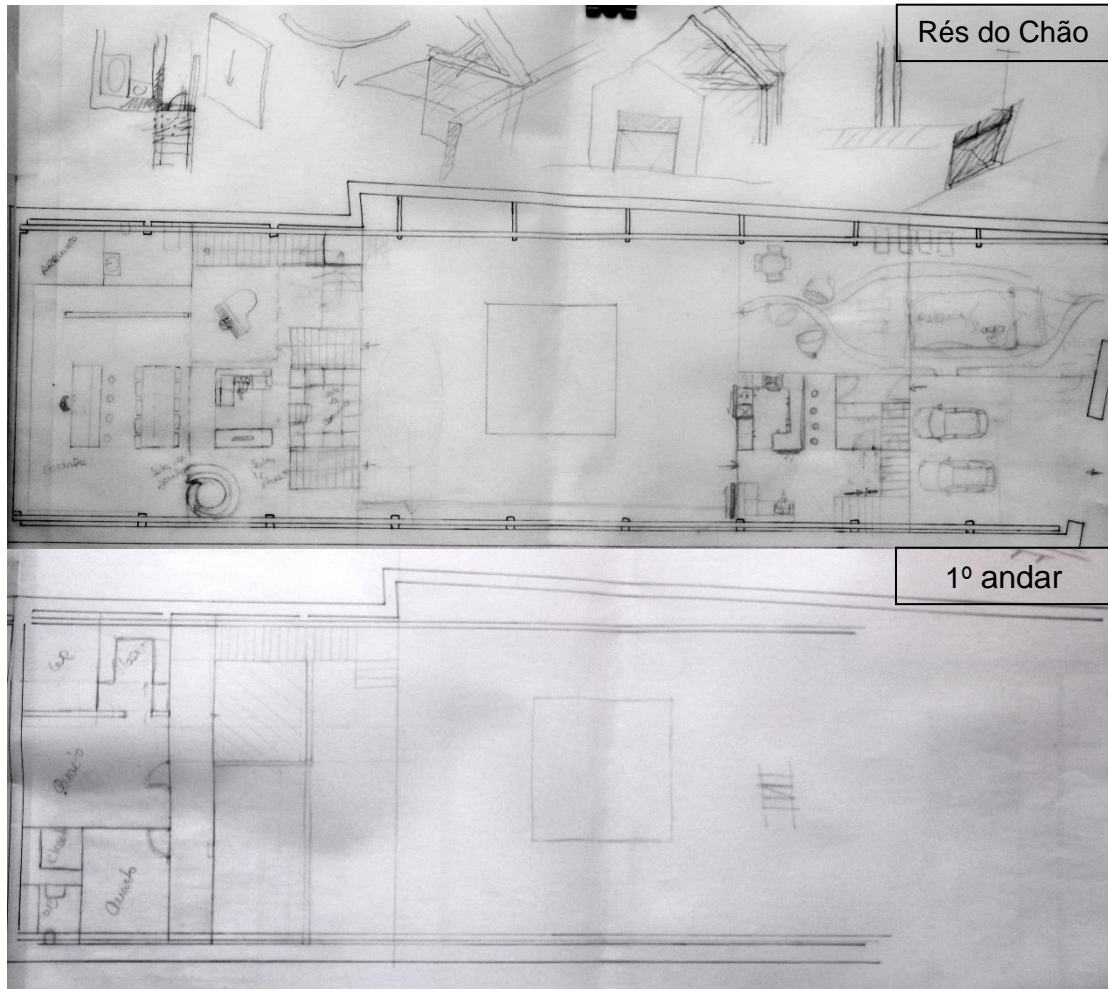
Desenho 5



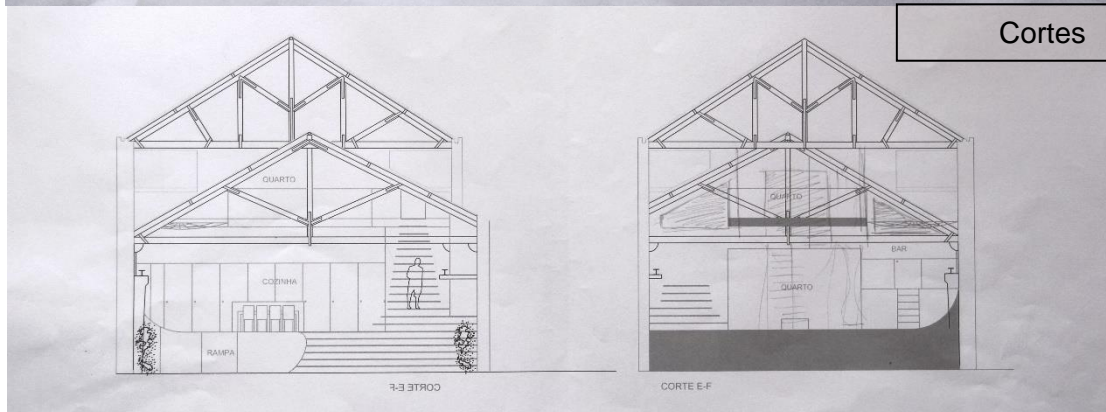
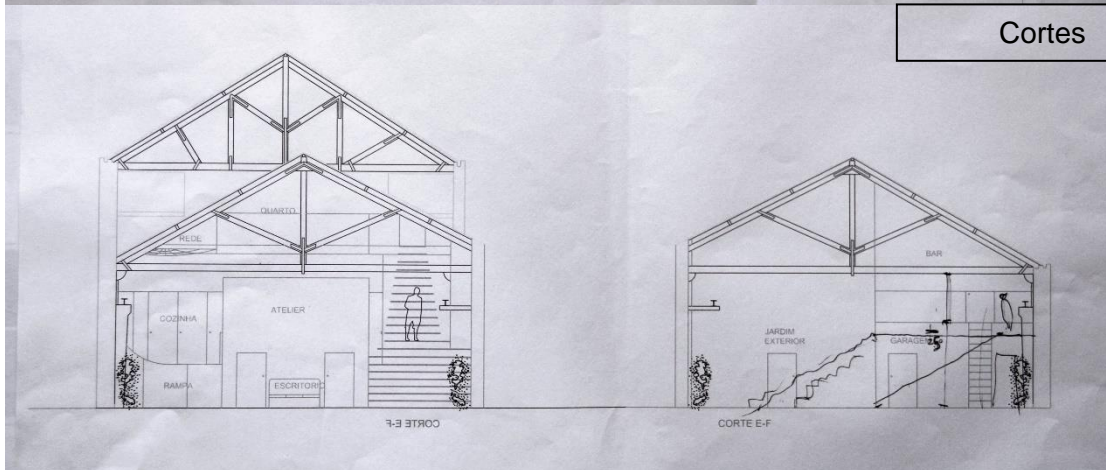
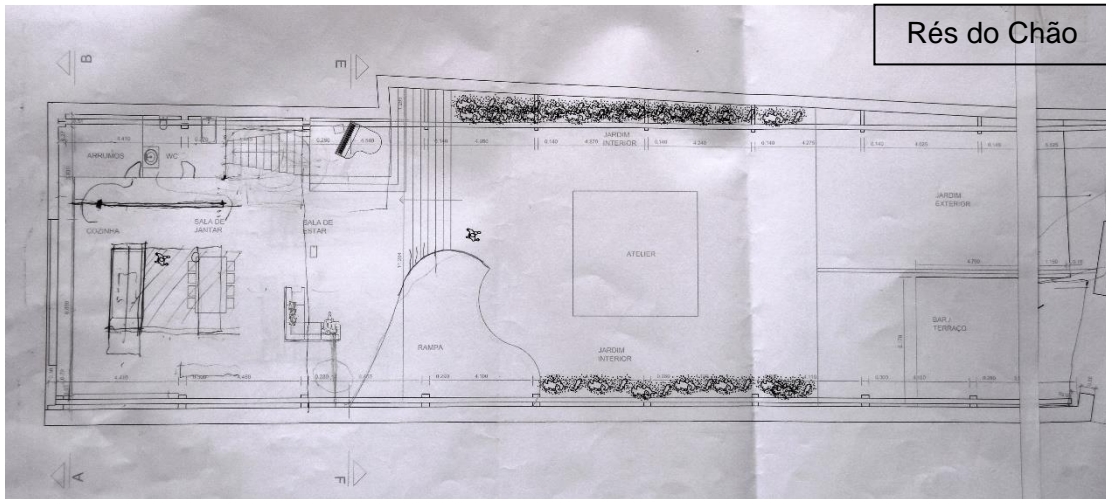
Desenho 6



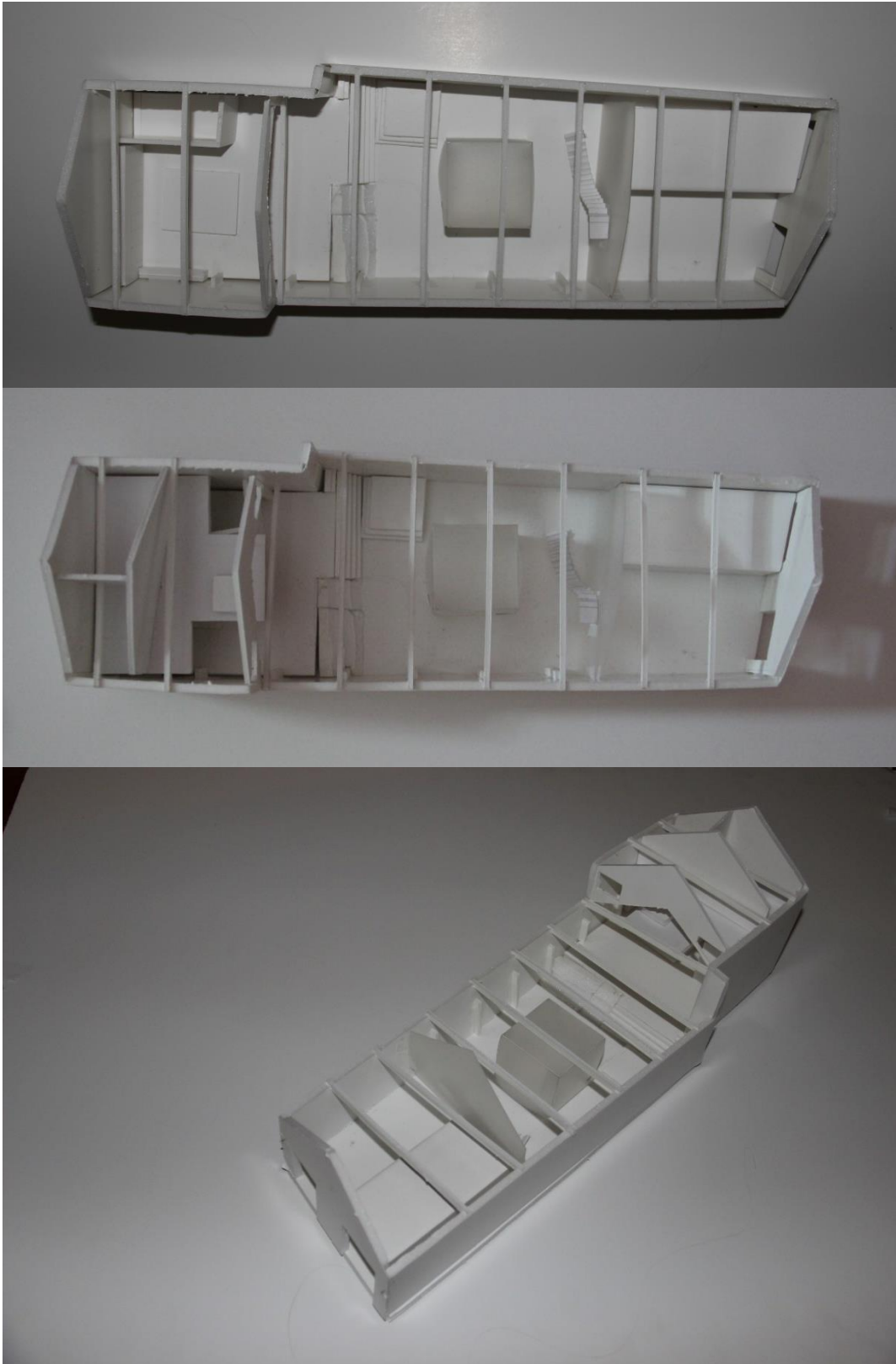
Desenho 7



Desenho 8



Maqueta de estudo



ANEXO D

Desenhos técnicos

ANEXO E

Simulações tridimensionais

Jardim exterior



Garagem



Loft





Apartamento





Coworking



